

**Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco**

35.<sup>a</sup> Reunião  
(29 de janeiro de 2015)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 16 horas e 9 minutos.

O Dr. José Honório (ex-Administrador do Novo Banco), após uma intervenção inicial, respondeu aos Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE), Carlos Abreu Amorim (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 1 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Está aberta a reunião.

*Eram 16 horas e 9 minutos.*

Hoje tem lugar a audição do Sr. Dr. José Honório, que, para além de muitas outras coisas, é ex-administrador do Novo Banco, sendo nessa qualidade que aqui está.

O Sr. Dr. José Honório fará uma intervenção inicial de pouco menos de meia hora e depois entraremos na fase das perguntas dos Srs. Deputados e respetivas respostas.

Dou, pois, a palavra ao Sr. Dr. José Honório para fazer a sua intervenção inicial.

O Sr. Dr. **José Honório** (ex-Administrador do Novo Banco): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa tarde, minhas senhoras e meus senhores.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão de Inquérito Parlamentar, Ex.<sup>mas</sup> Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Ex.<sup>mos</sup> Srs. Deputados: O objetivo deste meu depoimento inicial é o de, por um lado, e face às deturpações mediáticas a que tenho assistido, esclarecer a intervenção que tive no auxílio analítico a representantes do GES durante um período de cerca de duas semanas em Abril de 2014, e, por outro lado, descrever o enquadramento do exercício das minhas funções de administrador do BES entre os dias 14 de julho de 2014 e 3 de agosto desse mesmo ano e de administrador do Novo Banco entre os dias 4 de agosto desse mesmo e 16 de setembro de 2014.

Começaria por dizer que tem sido com particular incómodo que tenho visto recorrentemente na imprensa serem noticiados factos que me envolvem e que ou são manifestamente falsos ou são claramente exagerados ou, ainda, são publicitados fora do seu devido contexto, o que é suscetível de induzir a

formulação de juízos errados sobre atos por mim praticados ou sobre as minhas reais intenções subjacentes a esses atos. Por isso, quero começar por esclarecer definitivamente tais aspetos.

Antes de mais, gostaria de referir que tenho atrás de mim uma longa carreira profissional, iniciada em 1979 como Adjunto da Gerência da Sociedade Comercial Guérin, S.A. – Filial de Coimbra, ao mesmo tempo que terminava a minha licenciatura em Economia na Universidade de Coimbra, o que ocorreu em 1980, que passou depois pelos serviços técnicos do Banco de Fomento português, pela chefia do departamento comercial da sucursal portuguesa do Generale Bank e que foi concluída, antes de chegar ao BES, no Grupo Queiroz Pereira.

Ao Grupo Queiroz Pereira dediquei 24 anos da minha vida profissional, onde comecei, em 1989, como assessor do conselho de administração da Cimianto, e onde terminei em fevereiro de 2014, quando era presidente da comissão executiva da Portucel, cargo a que me dedicava quase a tempo inteiro desde junho de 2004, e quando era igualmente administrador da Semapa, da Secil e de um conjunto de sociedades participadas por aquelas entidades.

Tive o privilégio de fazer parte de uma equipa extraordinária, que construiu, desde o seu início em 1989, com poucos recursos e ao longo de mais de 24 anos, o que é hoje o Grupo Semapa e de onde destaco a oportunidade de liderar e de transformar o Grupo Portucel na melhor empresa do seu setor a nível mundial, com base numa cultura de meritocracia, duplicando o seu valor em 10 anos, entregando-a em fevereiro de 2014, com uma situação financeira invejável, com opções de desenvolvimento construídas, sem quaisquer tipo de restrições, financeiras ou outras, para poder prosseguir o caminho do desenvolvimento sustentável, mau grado os custos de contexto da economia portuguesa.

Entendi, todavia, que mais de 24 anos volvidos, o capítulo da minha vida, que se confundia com o Grupo Semapa pela dedicação exclusiva que lhe tinha consagrado, deveria encerrar-se. Dei conhecimento ao Sr. Pedro Queiroz Pereira das razões pessoais da minha decisão e depois acordámos no melhor momento para a minha saída do Grupo.

Foi, pois, na sequência da minha saída do Grupo Semapa e do seu conhecimento público que fui abordado, em meados de março de 2014, pelo Dr. Ricardo Salgado e pelo Dr. José Manuel Espírito Santo Silva, que me convidaram para presidir à comissão executiva da Rioforte.

E é aqui que começa a minha intervenção ao nível do GES, cujos contornos têm vindo a ser grandemente distorcidos e que, por isso mesmo, quero começar por esclarecer, repondo a verdade dos factos.

Assim, e aquando do referido convite, foi-me referido que o Grupo Rioforte estava integrado no universo GES, desenvolvendo um conjunto de atividades em vários sectores – turismo, viagens, hotelaria, desenvolvimento e promoção imobiliária, saúde, imobiliário, agropecuária, energia, construção civil, para além de gestão de um conjunto de outras participações financeiras –, com presença em três continentes.

Seria intenção tornar a Rioforte na *holding* que concentraria as atividades não financeiras e financeiras do GES, neste último caso através da participação, direta e indireta, na Espírito Santo Financial Group, tornando-se assim na principal *holding* operacional do Grupo.

O desafio que me propunham era, então, o de ser presidente da comissão executiva do ramo não financeiro do GES gerido pela Rioforte, pois a área financeira, cuja *holding* era a Espírito Santo Financial Group, e onde se incluía o BES, tinha e iria continuar a ter uma gestão totalmente autónoma.

O projeto para o qual era desafiado era, pois, o de reestruturar e desenvolver a carteira de negócios do ramo não financeiro do Grupo Rioforte, concretamente ao nível das atividades das subsidiárias e participadas da Rioforte, solidificar o seu balanço e a demonstração de resultados, detetar oportunidades de negócio, criar valor, promover um aumento de capital da *holding* Rioforte e cotá-la em Bolsa, para assim prosseguir um processo sustentado de crescimento e de diversificação.

Na altura em que o convite me foi formulado não conhecia o universo Rioforte nem tinha qualquer informação disponível que me habilitasse a ponderá-lo devidamente, pelo que, para poder entender e decidir sobre o mesmo, era para mim imperioso ter mais informação sobre o Grupo Rioforte e respetivos projetos de futuro.

Nesse sentido, transmiti aos Drs. Ricardo Salgado e José Manuel Espírito Santo Silva que, para poder decidir sobre o convite que me haviam dirigido, necessitaria de ter mais informação sobre o Grupo Rioforte, tendo-me sido facultados os elementos informativos que consideraram relevantes.

Posteriormente, solicitei um conjunto de informação adicional sobre a Rioforte e participadas e cópia do relatório da auditoria externa à Espírito Santo International, que havia sido pedida pelo Banco de Portugal, conforme noticiado à data pela imprensa, por forma a perceber o enquadramento que poderia condicionar a Rioforte, uma vez que a Espírito Santo International era a acionista única da Rioforte e um credor muito relevante desta.

No dia 5 de abril de 2014, sábado, sou convidado a partilhar com os membros do conselho superior do GES a leitura que fazia da informação recebida da Rioforte. Acedi, com a ressalva de que a mesma não era suficiente para fazer uma leitura exaustiva e precisava de tempo para conhecer no terreno os negócios e as equipas de gestão, para, então, poder

formar uma opinião fundamentada e responder se aceitava ou não ser presidente da comissão executiva da Rioforte.

Para me permitir ter acesso às pessoas que integravam as equipas de gestão e conhecer os negócios no terreno, poderia dizer-se que eu seria *senior advisor* do presidente do conselho de administração da Rioforte, que era o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo. Foi-me pedida permissão para que se fizesse também referência pública a esse meu envolvimento, dado o Grupo entender que isso seria credibilizante para a empresa. Acedi ao pedido, sublinhando, todavia, a precariedade dessa situação.

Continuava, no entanto, sem ter qualquer informação sobre a Espírito Santo International.

No dia 7 de abril de 2014, fui informado que a Espírito Santo International teria um passivo financeiro da ordem dos 4,7 mil milhões de euros, o que, adicionado à dívida do Grupo Rioforte, perfazia um total de cerca de 7,6 mil milhões de euros.

Nos dias seguintes, comuniquei, em conversa havida com os membros do conselho superior do GES, que não estaria disponível para aceitar o convite que me fora formulado para vir a presidir à comissão executiva da Rioforte, por ter chegado à conclusão de que o projeto que me fora proposto não seria exequível, dada a situação financeira da empresa e do GES, que apontava para a necessidade de alienação da totalidade dos ativos não financeiros da Rioforte para reembolsar dívida própria e da Espírito Santo International.

Na verdade, afigurava-se-me que a forma de lidar com aquele montante de dívida seria, unicamente, por via do início, no mais curto espaço de tempo possível, de um processo negocial com os respetivos credores com vista a converter parte dos créditos em capital, alongar o prazo de maturidade da dívida remanescente, reduzir o respetivo custo, procedendo-se,

igualmente, à alienação programada de todos os ativos do ramo não financeiro e concentrar toda a atenção na preservação e gestão do ramo financeiro do Grupo.

Para além dos aspetos relacionados com o desafio profissional que me fora proposto, a situação que me tinha sido dada a conhecer deixou-me deveras preocupado, como cidadão informado e interessado, por se tratar de um grupo económico de grande dimensão e notoriedade, acionista de referência de um dos maiores grupos bancários do País e com uma grande visibilidade internacional.

Sendo assim, o seu desmoronamento desordenado não poderia deixar de constituir um sério fator de risco reputacional para o País e para a sua economia, a que não deixaria de acrescer um risco macroeconómico e sistémico.

Tudo isto, ainda para mais, num momento em que Portugal se esforçava por conseguir uma saída limpa do Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em maio de 2011 com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Face à minha recusa em aceitar o cargo que me tinha sido proposto, foi-me então pedido que, ao menos, aceitasse participar, como pessoa independente do GES, em algumas conversas privadas e informais de *brain storming* com os membros do conselho superior destinadas a identificar caminhos para a resolução da crise do Grupo e em os acompanhar a reuniões com decisores políticos.

Assim, e pela preocupação já expressa, entendi que não deveria recusar este pedido nem a oportunidade associada de, na medida das minhas disponibilidades, poder contribuir para minorar os impactos adversos que daquela situação pudessem resultar para a economia nacional e para o País em geral, na medida em que o desmoronamento do Grupo poderia impactar

em muitas empresas e muitas famílias inocentes no processo, mas sempre sublinhando que não deveria haver quaisquer dúvidas quanto à minha independência face ao GES, cuja afirmação insisti que fosse também sustentada pela minha recusa em auferir qualquer remuneração por aquela participação.

Foi, portanto, neste contexto que participei subseqüentemente em partes de algumas, poucas, reuniões do conselho superior do GES, a convite do Dr. Ricardo Salgado e do Dr. Manuel Fernando Espírito Santo.

Permitam-me, a este propósito, que refira que nunca tive conhecimento que tais reuniões do conselho superior fossem gravadas, nem nunca me foi pedido – e, conseqüentemente, não foi dado – o meu consentimento para gravar conversas minhas com membros do conselho superior, nem estou em condições de poder aqui asseverar que as supostas transcrições de tais gravações e que vi publicadas na imprensa sejam, sequer, exatas ou que estejam devidamente contextualizadas. Sei, no entanto, qual era a minha linha de raciocínio e o que aí procurei explicitar, e é isso mesmo que aqui me proponho fazer de seguida.

A situação que se me apresentava era a seguinte: aquele que era, à data, o maior grupo empresarial português defrontava-se com um passivo financeiro combinado do seu ramo não financeiro que ascendia a 7,6 mil milhões de euros, o equivalente a cerca de 4,5% do PIB nacional, e encontrava-se na iminência de entrar em incumprimento com as suas obrigações se esse passivo não fosse rapidamente renegociado e se não fosse implementado um programa acelerado de desalavancagem do Grupo.

Nessa altura, o futuro do GES estava já, em minha opinião, e como se veio a verificar, nas mãos dos seus credores e dos decisores políticos. Qualquer eventual solução para a situação precária do Grupo que não



passasse por o deixar cair desordenadamente precisaria de ser discutida, negociada e contratualizada.

Um eventual incumprimento do Grupo teria impactos enormes e imprevisíveis para o País, como já referi, pelo que não me pareceu possível, sequer, imaginar que um desmoronamento desordenado dessa dimensão pudesse ser indiferente às autoridades do País e da Comissão Europeia.

Entendi, pois, que seria fundamental dar rápido e detalhado conhecimento da situação às entidades oficiais, nomeadamente ao Governo e ao Banco de Portugal, para que estas entidades, na posse da informação relevante, decidissem, consoante o seu melhor entendimento, como proteger os interesses do País.

Recorde-se que Portugal estava sob um programa de assistência financeira externa e que iria decorrer, por essa altura, uma avaliação da troica.

Com base nos elementos de que então dispunha, ainda que manifestamente incompletos e insuficientes, entendi que, apesar de ser uma situação extraordinariamente difícil, haveria que analisar de forma fundamentada e detalhada se poderia, e se valeria a pena, ser percorrido um caminho que, mesmo que longo e muito estreito, merecesse a ajuda e a boa vontade das partes interessadas, para desembocar, ao fim de alguns anos, num grupo mais pequeno, em melhor situação financeira, ainda que com fragilidades, mas evitando-se, por esta via, as graves repercussões, inclusive ao nível do País, de um desmoronamento desordenado e imediato do ramo não financeiro do GES.

Dada a complexidade de envolvimento de várias jurisdições e de vários tipos de passivo, qualquer eventual solução precisaria de tempo para ser discutida, negociada e contratualizada, parecendo-me necessário haver coordenação entre os reguladores dos vários mercados que acompanhassem

a par e passo todo o processo e, posteriormente, a respetiva execução ao longo do tempo. Era urgente tomar a iniciativa de desencadear o início deste processo, daí a necessidade também de fazer contactos, inclusive ao nível do Presidente da Comissão Europeia.

Por tudo isto, sugeri que dessem imediato conhecimento, verdadeiro e completo, da situação em que se encontravam, ao Governo, ao mais alto nível, ao Presidente da Comissão Europeia, ao Governador do Banco de Portugal e aos principais credores e que solicitassem ajuda para a implementação de um plano de recuperação, não se pretendendo, com isso, exercer qualquer suposta influência sobre decisores políticos ou a obtenção de vantagens indevidas de qualquer espécie.

O que propus foi, como referi, que se seguisse um processo em tudo idêntico ao que é seguido em outras situações de dificuldades financeiras por parte de grupos económicos, embora com o conhecimento e envolvimento dos decisores políticos, dada a magnitude do problema e o potencial impacto deste no País, em moldes semelhantes aos que são seguidos em qualquer outro país em que ocorrem situações idênticas.

Foi isso que veio a ser feito, e com essa motivação, pelo menos da minha parte, nas reuniões em que participei e que, tanto quanto me recordo, terão ocorrido durante o mês de maio de 2014, entre membros do GES com membros do Governo, com o Banco de Portugal e com o Presidente da Comissão Europeia.

Neste contexto, aceitei acompanhar os Drs. Ricardo Salgado e José Manuel Espírito Santo Silva a uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, a uma reunião com o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, a uma reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, a uma reunião com o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, a uma reunião com o Sr. Governador do Banco de Portugal e a uma reunião com o Sr. Presidente da Comissão Europeia.

Nessas reuniões, o Dr. Ricardo Salgado entregou um Memorando, descreveu a situação do GES e as medidas que se propunha tomar para solucionar o problema, tendo solicitado a respetiva ajuda institucional para o efeito.

Em todas essas reuniões — não obstante deixar clara a minha posição de independente do GES e de não ter qualquer interesse económico — manifestei a minha preocupação pelos impactos no País, nas famílias e na economia nacional de uma muito provável implosão desordenada do ramo não financeiro do GES, incluindo o impacto na reputação de Portugal num momento em que se preparava o respetivo retorno aos mercados de dívida.

O meu envolvimento traduziu-se, assim, para além da leitura de alguma documentação, em reuniões durante cerca de duas semanas, em abril, algumas conversas privadas, pontuais e esporádicas, com o conselho superior do GES e no acompanhamento dos responsáveis do Grupo às reuniões suprarreferidas, que tinham sido acordadas e que foram entretanto marcadas.

No que respeita ao exercício das minhas funções enquanto administrador do BES e, posteriormente, do Novo Banco, gostaria de começar por referir que, e surpreendentemente para mim, no dia 9 de julho de 2014 recebi um convite do Dr. Vítor Bento para integrar o conselho da administração do Banco Espírito Santo, secundado, no dia seguinte, pelo Sr. Governador do Banco de Portugal, que me telefonou, insistindo para que eu aceitasse integrar a administração do BES, por isso ser importante para o banco e para o País.

Quer o Dr. Vítor Bento, quer o Sr. Governador, colocaram-me o assunto como tratando-se de uma missão patriótica de superior interesse nacional. E a ideia que me foi transmitida foi a de que o BES era um banco sustentável, sobretudo após se haver realizado, com sucesso, um recente

aumento do seu capital social no montante de cerca de 1000 milhões de euros.

Aceitei o referido convite imbuído desse espírito de missão, convencido da viabilidade do banco, da necessidade de estabilizar a sua gestão e de recuperar a sua imagem e credibilidade junto de investidores, clientes e do público em geral.

Coloquei como condição para a minha designação como administrador, tal como o fizeram os demais administradores a serem designados — o Dr. Vítor Bento e o Dr. Moreira Rato —, que o início de funções de administrador do banco apenas ocorresse após a aprovação das respetivas contas semestrais, facto que se previa, inicialmente, que iria ter lugar no dia 25 de julho de 2014. Isto por entender que não fazia sentido envolver-me na preparação e na aprovação de contas relativas a um período de tempo em que não tinha participado na vida do banco.

Dia 12 de julho, face à insistência do Banco de Portugal num imediato início de funções, justificado pela necessidade de dar sinais positivos ao mercado que contribuíssem para recuperar a imagem do BES, muito negativamente afetada pelos acontecimentos que se vinham então sucedendo, nomeadamente ao nível do GES, acedi, em conjunto com o Dr. Vítor Bento e com o Dr. João Moreira Rato, iniciar as minhas funções de administrador do banco no dia 14 de julho de 2014, após o Banco de Portugal nos haver, através de instrução expressa, colocado à margem de qualquer envolvimento na elaboração ou aprovação das contas semestrais do BES, tal como veio efetivamente a suceder.

A realidade com que me deparei no banco foi, todavia, completamente distinta daquela que me havia sido relatada e de tudo o que poderia imaginar. A descrição que aqui foi feita pelo Dr. Vítor Bento sobre as condições em que exercemos as nossas funções e os desafios que então enfrentámos

dispensa-me de fazer aqui uma nova descrição desse período da vida do banco.

Em 3 de agosto de 2014, o BES é objeto de uma medida de resolução por parte do Banco de Portugal.

A medida de resolução consubstanciou, ela própria, uma nova alteração substancial e imprevisível das circunstâncias que me levaram a aceitar o cargo de administrador do BES. A minha anuência em aceitar o convite que me foi dirigido pelo Sr. Governador do Banco de Portugal para passar para administrador do Novo Banco deveu-se, uma vez mais, ao renovado apelo feito então pelo Sr. Governador do Banco de Portugal ao nosso espírito de missão e às consequências negativas para o banco e para o sistema se aquele não pudesse abrir na segunda-feira seguinte, com uma administração credível.

Isto conjugado com o facto de nos ter sido assegurado que o banco de transição, então criado por via da resolução, se destinava a ser reestruturado e reconfigurado, por forma a poder ser dotado de uma nova base acionista privada, preferencialmente com recurso a investidores-âncora e com dispersão do seu capital em Bolsa.

Note-se que, para permitir este modelo de alienação do banco de transição, veio a proceder-se, inclusivamente, a uma nova alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, por via do Decreto-Lei n.º 114-B/2014, de 4 de agosto, que entrou em vigor logo no dia imediato ao da sua publicação.

Entretanto, e como já é do conhecimento geral, as coisas acabaram por evoluir de forma diferente e o modelo de alienação do banco para que convergiu a preferência das autoridades afastou-se daquele cuja implementação nos tinha sido inicialmente confiada.

Tornou-se, então, evidente para nós que as expectativas sucessivamente goradas desde o início do projeto à frente do BES e depois do Novo Banco, e a redefinição do cenário de concretização para a alienação do mesmo, aconselhavam a uma substituição da equipa dirigente por uma outra, disponível e motivada, que se pudesse focar, sem reservas, na concretização da tarefa entretanto clarificada. Desta forma, entendi, em conjunto com os Drs. Vítor Bento e João Moreira Rato, apresentar a renúncia ao cargo de administrador do Novo Banco.

Do que se passou durante a nossa curta estadia no Novo Banco já também o Dr. Vítor Bento aqui deu conta, pelo que me dispense novamente de o repetir.

Gostaria, contudo, e uma vez que a sua intervenção se centrou mais nos aspetos institucionais, de acrescentar o que a equipa de gestão – que, para além dos três elementos já mencionados, incluía mais quatro administradores com larga experiência bancária no BES – realizou nesse curto espaço de tempo.

De facto, dentro do quadro limitativo em que podíamos desempenhar as nossas funções e no que dependia de nós, considero que a administração do Novo Banco esteve particularmente atenta às questões relevantes que imediatamente se colocaram.

Senão vejamos: a concessão de crédito à economia, apesar da situação vivida, decorreu com particular empenho, tendo-se recuperado as situações de atraso provenientes do processo de recomposição da comissão executiva do BES e da aplicação da medida de resolução, não sendo do meu conhecimento que o banco tenha alguma vez recusado operações por outra razão que não fosse a decorrente da análise de risco;

Pela primeira vez, aprovou-se em conselho administração o quadro de condições a praticar pelo banco para captação de recursos, por forma a que

todos os agentes comerciais tivessem capacidade de decisão imediata e diferenciada, consoante o nível de responsabilidade, sobre as condições que poderiam propor aos clientes, desburocratizando-se o processo de tomada de decisão e reforçando o controle interno;

Efetuuou-se a cobertura, em condições de mercado muito difíceis, da exposição cambial 4,6 mil milhões de dólares do Novo Banco e que resultou do total provisionamento, pela medida de resolução, do crédito ao BESA – isto é, o ativo foi anulado, mas mantinha-se o passivo que cambialmente o compensava. Tendo presente a evolução da taxa de câmbio EUR/USD entretanto verificada, esta decisão terá evitado um prejuízo potencial no Novo Banco que estimo em cerca de 450 milhões de euros (o *fixing* à data de 31 de julho EUR/USD era 1,3379);

Tomaram-se todas as decisões que permitiram proceder à mudança de marca, da imagem e da sinalética do BES para o Novo Banco, dentro do período de tempo previsto na medida de resolução, e onde se inclui a simbologia que hoje está presente em todos os balcões;

Apresentou-se ao Banco de Portugal um quadro/proposta para resolução dos grandes problemas vividos pelos clientes do Novo Banco que haviam sido clientes do BES e que se encontravam expostos a dívida emitida por entidades do GES e a obrigações emitidas pelo BES;

A auditoria às operações de recompra de instrumentos de dívida própria elaborada pela PwC foi muito aprofundada e o respetivo relatório foi enviado ao Banco de Portugal;

Lançou-se a preparação de um plano de médio prazo do Novo Banco visando um objetivo explícito de se vir a atingir um *return on equity* (ROE) de 10%, tendo-se para o efeito contratado a Mckinsey;

Procedeu-se, com a ajuda de uma reputada empresa de consultoria, à identificação dos ativos passíveis de alienação, arrumados em quatro grandes grupos: Títulos, Imobiliário, *Non Performing Loans* (NPL) e Crédito;

Fixaram-se os objetivos de recuperação de recursos para o terceiro quadrimestre;

Preservou-se o relacionamento com a PDVSA, cliente muito importante do banco, e procedeu-se à formalização e ao reforço material dos colaterais.

Termino esta minha intervenção, agradecendo a VV Ex.<sup>as</sup> a oportunidade que me foi dada para esclarecer um conjunto de factos relacionados com a minha alegada assessoria ao GES e com o exercício das minhas funções de administração no BES e no Novo Banco.

Fico, obviamente, ao dispor de VV Ex.<sup>as</sup> para responder a quaisquer perguntas que me queiram colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. José Honório, pela apresentação e leitura deste documento, que vai ser imediatamente distribuído, como é normal e usual.

Passando à fase das perguntas/respostas, começo por dar a palavra à Sr. Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o Dr. José Honório.

Agradecendo também a exposição, começarei a história pelo princípio, ou seja, cronologicamente, no tempo.

Pelo que percebi, há aqui um período em que passa do Grupo Semapa para o Grupo Espírito Santo, presumo que não diretamente. Consegue explicar-nos como é que se dá esta transição, ou seja, como é que decide ir



para o Grupo Espírito Santo, vindo, ainda que não diretamente, presumo, porque há ainda uma passagem por outra empresa, do Grupo Semapa?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, aquilo que disse não é preciso. Ou seja, anunciei ao mercado, no dia 31 de janeiro, que tinha renunciado a todos os cargos que desempenhava no Grupo Semapa, o que teve efeito a partir do dia 28 de fevereiro.

No dia 24 de março — penso que seria essa a sua alusão —, aceitei ser administrador não executivo dos CTT. Entretanto, em meados de março, como referi, o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Manuel Espírito Santo Silva convidaram-me para presidente da comissão executiva da Rioforte. Ou seja, não há qualquer ligação entre nenhum dos factos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não tenho dúvidas que não haja ligação. Só estava a tentar entender.

A verdade é que na história do que foi o Grupo Espírito Santo há alguns cruzamentos com o Grupo Semapa. Há, aliás — já tivemos a oportunidade de ouvir aqui o Sr. Pedro Queiroz Pereira —, uma famosa ida ao Banco de Portugal com alguns factos bastante relevantes sobre aquela que era a situação do Banco Espírito Santo. Daí que, para quem vê de fora, não deixe de ser curiosa a sua posição, que é muitíssimo privilegiada, porque aparece em dois lados opostos em momento cruciais da história.

Portanto, a minha pergunta não pode deixar de ser se, enquanto estava na Semapa, acompanhou, digamos assim, essa fiscalização — para utilizar livremente as palavras — que foi feita por esse Grupo ao Grupo Espírito Santo. Pode explicar-nos por que é que se gerou esta divergência entre estes dois Grupos, que, segundo percebi, à data, tinham participações cruzadas?

O Sr. Dr. **José Honório**: — No Grupo Semapa eu era administrador da Semapa, da Portucel e da Secil, sendo que a partir de junho de 2004, quando assumi a presidência da comissão executiva da Portucel, passei a dedicar à Portucel quase a totalidade do meu tempo.

Sobre as participações cruzadas que referiu, tanto quanto é do meu conhecimento, não havia participações cruzadas entre empresas. Ou seja, a família Queiroz Pereira detinha participações em empresas do Grupo Espírito Santo e o Grupo Espírito Santo, pelo seu lado, detinha, de facto, participações em empresas ditas do Grupo Queiroz Pereira.

A situação entre os dois Grupos foi uma situação que eu conhecia, mais ou menos, desde 1991, quando passei a estar mais, digamos, em permanência na Avenida Fontes Pereira de Melo, que é onde é a sede do grupo Semapa. Foi uma situação que se caracterizou por altos e baixos e em que, como o Sr. Queiroz Pereira aqui referiu, teve um ponto muito baixo quando a Semapa lançou uma oferta pública de compra sobre o capital social da Cimpor, na altura em associação com os suíços da Holderbank, hoje Holcim. Por essa altura, o Sr. Queiroz Pereira era administrador não executivo do Banco Espírito Santo e ficou admirado por o banco não o apoiar e estar a apoiar a Ciment Lafarge nessa altura.

O nosso entendimento, enquanto Grupo, era o de que a Ciment Lafarge estaria associada, também, com o BCP e com o Grupo Teixeira Duarte, o banco manteve a sua posição e, em consequência disso, o Sr. Queiroz Pereira apresentou a sua demissão do conselho do Banco Espírito Santo.

Teve, depois, um outro ponto também baixo em termos institucionais, conforme o Sr. Queiroz Pereira aqui referiu, quando nos informou que tinha tomado conhecimento de que haveria, segundo ele, uma tentativa, por parte do Grupo Espírito Santo de conseguir o controlo da Semapa

Devo, contudo, dizer que, independentemente das relações acionistas que eram geridas exclusivamente pelo Sr. Queiroz Pereira, quer dentro do Grupo Queiroz Pereira, quer de e com o Grupo Espírito Santo, as empresas mantiveram sempre um relacionamento profissional normal, com o Banco Espírito Santo ou com o Grupo Banco Espírito Santo, como mantiveram com outras instituições nunca se tendo refletido na operação das empresas qualquer posição acionista que fosse sentida no topo do Grupo.

Quando me pergunta se estava numa posição privilegiada para perceber o problema dos dois lados, devo dizer que percebia, enquanto estive no Grupo Semapa, aquilo que se passava. Não tive acesso, nem fiz parte da equipa que o Sr. Queiroz Pereira constituiu para estudar o *dossier* GES. Ele disse-me, algures em setembro de 2013, não sei precisar quando, que tinha intenção de solicitar uma reunião com o Sr. Governador do Banco de Portugal para lhe apresentar um conjunto de documentação. Nunca vi essa documentação, não conheço o respetivo teor, nem tinha de conhecer, porque eram situações que diziam respeito a empresas que estavam acima da Semapa, e repito, eu desempenhava funções no Grupo Semapa.

Quando o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Manuel Espírito Santo me convidaram para assumir a presidência da comissão executiva da Rioforte, entendi esse telefonema como um telefonema dirigido a um profissional de gestão, que é o meu caso. Não poderia vê-lo de outra forma e, portanto, não consigo dar qualquer outro tipo de interpretação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só uma última pergunta, ainda respeitante ao seu tempo no Grupo Queiroz Pereira, na Semapa: acompanhou ou teve conhecimento de algum acordo que tenha sido celebrado, ainda que de modo informal, que tenha posto fim a esta querela e que tenha levado ao descruzamento destas participações?

O Sr. Dr. **José Honório**: — O que acompanhei foi o que o Sr. Queiroz Pereira nos dizia, e dizia quando entendia. Aliás, a comissão executiva da Semapa reunia todas as segundas-feiras à tarde e, de vez em quando, o Sr. Queiroz Pereira dizia como é que as coisas se estavam a passar, sendo que nos informou que tinha chegado a um acordo e que iam descruzar as participações definitivamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em princípio já não voltaremos a esta parte.

Passemos, então, ao convite para ingressar no Grupo Espírito Santo. Disse-nos que o convite, salvo erro, foi feito por Ricardo Salgado e José Manuel Espírito Santo. É isso?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Exatamente, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi um convite para presidente executivo da Rioforte mas, depois, explicou-nos por que é que nunca chegou a exercer esse cargo.

A primeira pergunta que gostava de lhe colocar é a seguinte: porquê da Rioforte? A Rioforte era uma *holding*, mas tinha por cima duas outras *holdings*, a ESI e a ES Control, e, em baixo, tinha os dois famosos braços, um financeiro e outro não financeiro. Pergunto-lhe: qual é a lógica disto? Porquê três *holdings*, umas em cima das outras?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Isso não lhe posso responder, só os acionistas é que podem.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas é normal, como o convidaram para ser presidente executivo, que tenha feito essa pergunta, porque, em bom rigor, estávamos a falar de quem eram os seus acionistas e de quem eram as suas participadas. Isso é uma coisa bastante essencial para se exercer um cargo desses.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Por isso é que pedi que me dessem cópia do relatório de auditoria, mas nunca mo deram.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pediu a quem? Ao Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando nos diz que não pôde aceitar a presidência, diz-nos também que ficou *senior advisor*, tanto quanto percebi, e, depois, diz-nos que ficou a saber da dívida.

Consegue dizer-me – se calhar já o disse na intervenção inicial mas não anotei – quando é que teve noção da dimensão da dívida e que explicação é que lhe deram para esta dívida monstruosa, digamos assim.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, nunca fiquei como *senior advisor*.

O que se passou foi o seguinte: eu não tinha informação, para ter mais informação precisava de ter acesso ao terreno, ou seja, de poder falar com as pessoas, de ver os negócios e de conhecer as equipas de gestão.

Aquilo que me foi proposto foi se aceitaria que fosse dito que ficaria como *senior advisor*, porque, de outra forma, não poderia aparecer a falar

com as pessoas. A informação que eu tinha tido até aí era uma fotografia, que era o relatório e contas da Rioforte; era a informação que eu tinha e era uma fotografia estática.

A razão pela qual, quando soube da dívida, insisti foi porque, entretanto, no final de março o *Expresso*, publicou uma notícia sobre a ESI que dava conta simultaneamente de omissões de registos contabilísticos e de uma insuficiência financeira.

Como a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse, e eu não posso concordar mais consigo, a ESI era o acionista da Rioforte. E quando vi a fotografia da Rioforte o que é que constatei? Constatei que a empresa tinha uma situação financeira difícil, mas não desesperada, que uma parte importante do endividamento era do seu acionista, mas que a situação poderia converter-se em desesperada em função da condição financeira do acionista.

Como nunca me tinha sido referido nada e vi a notícia na imprensa, disse, quer ao Dr. Ricardo Salgado quer ao Dr. José Manuel Espírito Santo, que precisava de ter acesso a esse relatório, que precisava de o ver, porque isso iria definir o enquadramento em que a Rioforte se poderia mover no futuro e permitir-me-ia formar uma opinião. Esse documento nunca recebi.

Quando me sugeriram, então, que podiam dizer para o mercado que seria *senior advisor*, porque isso credibilizaria o Grupo, no dia 5 de abril, sábado, pediram-me também se eu poderia ter uma reunião no dia 7 de abril, segunda-feira, com o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo para ter mais informação sobre a Rioforte, porque até aí o que eu tinha tido eram fotografias estáticas, não tinha ainda falado com ninguém da administração da Rioforte.

Na reunião com o Dr. Manuel Fernando voltei a colocar a questão de querer saber o que se passava e qual era a situação com a ESI. Ele disse-me que falaríamos nisso à tarde e que, à tarde, me diriam. E, então, à tarde, numa

reunião que tive, informaram-me de que o passivo financeiro da ESI era de 4,7 mil milhões de euros.

Portanto, a informação que tive da ESI foi rigorosamente esta: um número! Disseram-me, também, porque perguntei, qual era maturidade da dívida e informaram-me de que a maior parte era uma maturidade de curto prazo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, chegou à conclusão de que era preciso um plano ou uma estratégia, de que não ia ser presidente executivo, porque...

Bom, só fiquei com uma dúvida: disse-me que nunca chegou a ser *senior advisor* da Rioforte. Certo? De *chairman* da Rioforte?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não cheguei a ser rigorosamente nada, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas isso foi anunciado ou publicitado?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando me foi transmitido, porque hoje tenho informação que não tinha na altura, e tomei conhecimento dos 4,7 mil milhões, o que eu fiz foi uma soma algébrica de cabeça, concluí que eram 7,6 mil milhões e fiquei muito preocupado. Parti do pressuposto de que ninguém sabia do que se estava a passar e que era uma informação daquela sala, daquele grupo, de um conjunto muito restrito de pessoas.

No sábado, quando me disseram que, para credibilizar, era bom poderem dizer que eu seria *senior advisor*... E o que vou dizer não quero que pareça falsa modéstia ou convencimento a mais, mas trabalhei em

Portugal 35 anos e cruzei-me com muita gente e, portanto, muita gente neste País tem uma boa opinião, uma má opinião, uma péssima opinião e uma opinião assim-assim...

De modo que era convicção do Grupo Espírito Santo que citar o meu nome seria credibilizante para que outras entidades sentissem que o Grupo estava a olhar para o problema de uma forma, diria, muito profissional. Foi assim que o assunto me foi colocado, mas eu senti que não conseguiria ter acesso à informação sem falar com as pessoas.

Se o que me propunham era que fosse *senior advisor* e que aceitasse, insisti que era precário, porque não tinha tomado nenhuma decisão, porque não estava em condições de tomar nenhuma decisão, não tinha informação que me habilitasse a tomar uma decisão. Foi assim que foi comunicado quando decidi e tenho quase a certeza de que foram dois dias depois.

Não escrevi no meu depoimento inicial que foram dois dias depois, mas que foram decorridos alguns dias, porque não tenho forma de garantir a esta Comissão que foi no dia 9, embora esteja convencido de que foi nesse dia que comuniquei, numa conversa que pedi para ter com os membros do conselho superior, que qualquer colaboração que admitissem que eu pudesse vir a ter com o Grupo estava completamente afastada, que não se iria concretizar, assim como não receberia o que quer que fosse.

Porquê? Porque o projeto para o qual me tinham convidado não era exequível. Com uma dívida de 7,6 mil milhões, estamos a falar do equivalente a 4,5% do PIB. Quando perguntei que ativos tinha a ESI, disseram-me: «O ativo que a ESI tem, de longe, o mais importante, é a Rioforte». Para além disso, disseram-me que a ESI teria mais dois ativos, mas, em termos de materialidade nada comparáveis, que seriam umas frações de um edifício em Miami e seria a Opway, o que era muito pouco para ajudar



a perceber que ativos poderiam ser responsáveis por uma dívida de 7,6 mil milhões.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Entramos aqui no cerne da questão que é a estratégia que foi delineada ou seguida.

Primeira pergunta: alguém, no meio disto tudo, lhe disse: atenção que o Banco de Portugal já se apercebeu da situação ou de parte da situação? Estávamos já em abril de 2014.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Houve ordens expressas para haver uma absoluta separação do BES em relação ao GES e não aumentar a exposição do lado financeiro ao lado não financeiro do Grupo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Aquilo que me recordo de me terem dito foi que estavam a cumprir uma determinação do Banco de Portugal para reduzir a exposição do GES aos clientes de retalho na sequência de o Fundo Espírito Santo Liquidez ter tido outras regras e que a estavam a cumprir rigorosa e pontualmente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não sei se estariam, mas, em todo o caso, as instruções iam muitíssimo para além disso.

Não havia, então, a preocupação de não expor ou de não misturar o ramo financeiro com o ramo não financeiro?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como é que eu hei de dizer isto? Em relação ao ramo financeiro, as únicas vezes que era incluído na

conversa era apenas para dizer que a expectativa que havia sobre o plano de médio prazo do Banco Espírito Santo iria permitir ao ramo não financeiro receber um montante de dividendos muito significativo e que iria ajudar sobremaneira a reembolsar a dívida e a fazer face ao serviço da dívida, e também senti sempre um grande orgulho no que se referia ao BES e ao ramo financeiro.

Foi-me sempre dito — isso foi muito claro — que o convite que me faziam era exclusivamente para o ramo não financeiro, porque a área financeira do Grupo estava toda sob a Espírito Santo Financial Group, que tinha, e iria continuar a ter, uma gestão completamente autónoma. Mas sobre a área financeira nunca percebi a mínima preocupação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Voltando à tal estratégia, qual foi a estratégia delineada para resolver este problema?

Falou-nos em três coisas: primeiro, venda de ativos. Pergunto: que ativos e a quem? Segundo, alargar prazos de pagamento da dívida. Pergunto: o ramo financeiro não seria um dos principais credores, ou os clientes também não seriam dos principais credores? Terceiro, na possibilidade de tornar dívida em capital.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, uma empresa, ou uma pessoa singular, quando está numa situação difícil, o processo de encarar o assunto é sempre rigorosamente o mesmo, ou melhor, o que varia é a complexidade; o processo é sempre o mesmo.

O que é que eu quero dizer com isto? Se eu tiver contraído um crédito hipotecário para comprar a casa onde moro e ficar desempregado, tenho duas opções: ou não digo nada ao banco, e o banco executa-me; ou vou falar com o banco e digo que tenho um problema, que fiquei desempregado mas julgo

que vou conseguir encontrar trabalho dentro de algum tempo e queria fazer uma renegociação.

Se eu estiver numa empresa que tenha uma situação financeira que fique desequilibrada faço exatamente a mesma coisa: vou falar com o banco ou com os principais credores. Isto porque quando se está numa situação financeira muito difícil a viabilidade de qualquer empresa é aquela que os seus credores lhe quiserem conceder.

Os bancos têm experiência disso diariamente e por isso é que existem os PER, por isso é que existem renegociações permanentes e por isso é que as instituições financeiras não executam, pura e simplesmente, todas as situações em incumprimento.

Quando me pergunta que plano, digo-lhe que não é um plano; é um processo. Quando me pergunta que credores; digo-lhe que não faço ideia.

A informação que tive foi uma fotografia, não conhecia a situação, nem valia a pena conhecê-la. Porquê? Porque a situação era muito complexa e só faria sentido ser conduzida e ser discutida por quem conhecesse o *dossier* como a palma das suas mãos.

Estamos a falar de uma dívida que era detida por investidores em várias jurisdições, investidores de vários tipos, com uma complexidade muito grande, e, portanto, qualquer conversa que houvesse à volta disto, mais do que aquilo que eu disse, era uma pura perda de tempo e especulação e não se avançava para lado nenhum.

Aquilo que sugeri ao Grupo Espírito Santo foi que adotasse, ao fim e ao cabo, uma metodologia de projeto, que era ter uma equipa de trabalho constituída pelas pessoas mais competentes do Grupo e que conhecessem o *dossier* em detalhe, para construírem uma árvore de decisão, para terem um modelo de simulação que permitisse, no processo interativo, que é o processo de negociação, de cada vez que se avança, que se recua ou que se vai para o

lado, simular para ver o resultado que dá, porque iria ser um processo moroso e complexo.

Não houve nunca nenhum plano porque, para uma situação com aquela complexidade, um plano seria um documento extenso, que só poderia ser elaborado por uma equipa numerosa e profundamente conhecedora da situação.

Ora, como referi, até ao dia 5, eu tinha tido acesso a fotografias — e chamo fotografias a documentos que referem a situação numa determinada data.

No dia 7 tenho uma reunião em que me dizem — mais uma vez uma fotografia — o montante da dívida da ESI, que era de 4,7 mil milhões. Eu não conhecia os negócios, não conhecia as pessoas, ou seja, aquilo com que fiquei foi com uma preocupação acerca da situação e senti-me na obrigação de pressionar — é o termo! — para que fossem imediatamente dar conta da situação em que estavam ao Governo e ao Banco de Portugal. Porquê? Porque entendi que uma situação daquela dimensão deveria ser do conhecimento destas entidades e que elas, depois, com os recursos que têm, fariam a análise detalhada que entendessem e tomariam, como o conhecimento profundo que então obtivessem, a decisão que considerassem que melhor protegia os interesses do País.

A minha preocupação era que as pessoas fossem dizer a situação em se encontravam.

Estávamos em abril, eu estava a falar com pessoas que eram bem conhecidas em Portugal, que eram os donos do Grupo mais importante e, portanto, ao fim e ao cabo, eu estava a sugerir-lhes fortemente que fossem dizer como estavam e pedir ajuda.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos, então, a essa questão, que é relevante.

Recebemos aqui, na Comissão, uma carta do Dr. Ricardo Salgado que faz uma enumeração das reuniões que teve com o Governo e não com o Banco de Portugal.

Vou enumerar as reuniões e pedia-lhe que me dissesse em quais participou.

Ele fala de uma primeira ronda de reuniões, uma com o Sr. Presidente da República, outra como o Sr. Primeiro-Ministro, outra com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças e outra com o Sr. ex-Presidente da Comissão Europeia; depois fala de uma segunda ronda de reuniões com o Sr. ex-Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, com Sr. Presidente da República, com a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças, com e Sr. Primeiro-Ministro e com o Sr. Vice-Primeiro-Ministro. Pergunto-lhe: esteve presente em todas estas reuniões?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, estive presente apenas uma vez com as entidades que lhe vou referir, e não necessariamente por esta ordem, porque não constitui um *dossier*. Não tenho por hábito fazê-lo e não estava a contar que hoje estaria aqui convosco.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — As entidades que referiu foram o Primeiro-Ministro, o Vice-Primeiro-Ministro, a Ministra das Finanças, o Secretário de Estado Adjunto e o Banco de Portugal. É isso?

O Sr. Dr. **José Honório**: — E com o Sr. ex-Presidente da Comissão Europeia.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito bem.

Percebo que esta é certamente uma informação relevante para decisores políticos e para o Banco de Portugal, porque estamos a falar de um grande Grupo.

Ora, se eu estivesse nessas reuniões, aquilo que esperaria era não só uma descrição de um problema mas também das soluções possíveis, porque quando se vai descrever um problema que é de um Grupo, e de um Grupo privado, o normal é que se levem algumas propostas de solução.

Pergunto quais eram as propostas de solução. É que só por si apresentar o problema não me parece adiantar muito.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não tinha nada a ver com o Grupo, ou seja, o presidente do Grupo estava nas reuniões, era ele que conduzia a conversa e que dizia o que entendia.

Portanto, o que se passou foi que, nessas reuniões, o Dr. Ricardo Salgado entregou um memorando classificando o Grupo e a situação em que se encontrava da forma que entendeu que o devia fazer.

Também nessas reuniões, o Dr. Ricardo Salgado explicitou as medidas que estava a tomar para resolver a situação, e nessas reuniões em que eu estive presente — noutras não sei —, o Dr. Ricardo Salgado pediu, ou procurou perceber, em que medida poderia ter ajuda institucional, traduzindo-se isto em ter tempo. Porquê? Porque o processo de negociação era um processo que iria ser moroso e precisaria de ter algum respaldo, porque se não haveria um desmoronamento completo.

Na reunião em que estive presente com o Sr. Primeiro-Ministro e com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, o Dr. Ricardo Salgado procurou aferir da possibilidade de o Governo poder sensibilizar a Caixa Geral de Depósitos, e julgo que o BCP, para analisarem a concessão de financiamentos no

montante total, salvo erro, de 2,1 mil milhões de euros às entidades que viessem a adquirir os ativos não financeiros da Rioforte — portanto, não era um financiamento ao Grupo —, desde que, obviamente, essas entidades passassem o crivo da análise de risco das duas instituições. Porquê? Porque, como o Grupo precisava de entrar num processo de desalavancagem rápido e programado, teria tanta mais facilidade em proceder à venda desses ativos quanto pudesse também afirmar aos potenciais interessados que poderia, eventualmente, vir a ser financiada essa aquisição, desde que tivessem credibilidade, reputação e, enfim, tudo o mais. Isto foi o que ouvi nessas duas reuniões em que o assunto foi abordado e tratado.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Deixe ver se percebi bem. O que estava então em causa era um financiamento a entidades que viessem a adquirir ativos não financeiros? Suponho que entidades privadas?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, duas coisas: em primeiro lugar, estava em causa tempo, que era a questão crucial, e, em segundo lugar, aferir da possibilidade de poder haver um processo expedito de análise para a concessão de financiamento a entidades privadas que viessem a manifestar um sólido interesse na compra de ativos não financeiros do Grupo Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas essas entidades existiam ou não?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não faço a mínima ideia.

Não quero insistir sempre no mesmo ponto mas vi uns documentos que me puseram à frente; estive presente num número muito restrito de conversas e, dois dias depois de ter conhecimento dos 7,6 mil milhões, disse:

«Lamento imenso mas qualquer ideia que tivesse de vir trabalhar convosco não se vai verificar.»

Portanto, o que sugeri foi um processo analítico, que não é nada de inovador; é o processo que qualquer empresa segue. A complexidade é que é maior ou menor, mas o processo é sempre o mesmo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não estou de maneira alguma a dizer que a proposta foi sua, porque, aliás, percebe-se quem é o autor e o responsável pelo Grupo – o Dr. Ricardo Salgado. Só lhe estou a pedir um relato para ver se percebo.

Diz-me que pediu uma reunião — com membros do Governo, responsáveis políticos, seja o que for — primeiro, para sensibilizar a Caixa e o BCP, segundo percebi. Bom, não me cabe a mim tecer comentários, mas enfim, tenho dificuldade em enquadrar, do ponto de vista do que as coisas são ou deviam ser, esta sensibilização, mas, ainda assim, genuinamente, estou a ter dificuldades em perceber o objeto da sensibilização. Se a sensibilização era para a análise expedita de um financiamento a determinadas entidades, quem quer que a análise seja rápida convém indicar as entidades.

Vamos supor que esta conversa até era diretamente com a Caixa ou com o BCP. Acho difícil pedir-lhes: «Por favor, analisem depressa este pedido.», se não se dissesse de quem era o pedido. Se perguntassem, a resposta seria: «Isso ainda não sei.»

Compreenda que isto é bocadinho estranho.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, deixe-me, então, referir algo que me talvez lhe pareça menos estranho.



Simplificando: provavelmente, já ouviu falar em situações de pessoas que vão ver um andar para comprar e o construtor diz-lhes que tem financiamento no banco A ou no banco B, porque esse banco financiou o prédio. O que é quer dizer que tem financiamento? Quer dizer que tem financiamento, dependendo de quanto é que a pessoa ganha, da sua situação financeira, da sua honorabilidade, da situação na Central de Apontes e Protestos do Banco de Portugal... Enfim, de todo o seu passado.

Ora, se uma instituição olhasse com muito cuidado e detalhe os ativos do ramo não financeiro do Grupo Rioforte, o que é que lhe permitiria? Permitiria conhecer os ativos, conhecer os seus planos de negócio e ter uma ideia muito concreta, mesmo em termos de avaliação ou de valorização, sobre o que é que representava aquele ativo. Isto significa que quando aparecesse o comprador metade da análise estava feita; a outra metade era a análise do comprador para ver se merecia ou não confiança para dar o passo seguinte.

Foi neste sentido que o Dr. Ricardo Salgado procurou obter essa sensibilidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já percebi. E qual foi a sensibilidade que obteve? Qual foi a resposta?

O Sr. Dr. **José Honório**: — A resposta que obteve, na reunião em que estive presente — repare que tive uma reunião com cada uma destas pessoas — foi que, tendo sido ouvido, este era um assunto de um Grupo privado, dizia respeito a privados e, portanto, o Governo não via que fosse um assunto em que tivesse de se envolver.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Certamente haveria mais a dizer sobre isto, mas outros Deputados abordarão esta questão.

Há ainda duas coisas sobre as quais gostava de o questionar, que têm a ver com a sua vida enquanto administrador do BES, sendo que a primeira tem a ver com aquilo que ficou conhecido como o esquema de triangulação de emissão de obrigações do BES, que eram compradas por um preço e depois vendidas por um *brocker* por preços diferentes, bastante acima, realizando uma mais-valia.

Conhece este assunto? Como é que isto foi descoberto no BES e que prejuízo causou ao banco?

O Sr. Dr. **José Honório**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou como foi descoberto o assunto.

Fazendo apelo à minha memória, foi numa reunião de comissão executiva, salvo erro de 21, e o assunto foi desencadeado, porque o diretor de contabilidade alertou o administrador do pelouro para um montante de prejuízos materialmente relevantes que o banco estava a verificar com a venda de obrigações.

Ora, a nova equipa de gestão tinha entrado no dia 14, todos os dias eram dias com uma emoção muito elevada, disso não nos podemos queixar, de falta de emoção, e, portanto, quando ouvimos esta situação quisemos imediatamente perceber por que é que as operações estavam a gerar um prejuízo, porque uma recompra é, em sim, um facto normal, o gerar prejuízo é que é aquilo que é extraordinário e, então, decidimos, de imediato, contratar uma auditoria sobre essa matéria.

Falei com a PricewaterhouseCoopers para que iniciassem de imediato uma auditoria para nós percebermos o que é que se estava a passar. Foi pedido também ao DFME que, ele próprio, fizesse uma análise da situação e

reportasse à comissão executiva, sendo que chegámos à conclusão de que o problema não era a recompra; o problema tinha sido as condições em que a obrigação foi colocada em mercado secundário e depois foi vendida aos clientes do banco, porque a diferença da taxa de juro fazia com que o custo amortizado que estava relevado na contabilidade fosse um determinado e quando se fazia a recompra cumprindo, de acordo com os meus colegas da administração que tinham a área comercial, aquele que era o entendimento dos clientes, ou seja, que tinham, ao fim e ao cabo, adquirido um produto com garantia de preço, de liquidez e de rendimento, isso gerava um prejuízo significativo.

Portanto, o problema não era a recompra; era o diferencial de taxas de juro.

Ora, isto deu origem a um relatório feito pela Price, de que esta Comissão tem conhecimento e, salvo erro, depois de ser feita uma primeira versão eu pedi que ela fosse complementada e que se vissem não só as obrigações de 2014 mas também que fosse até 2009.

Portanto, esse relatório cobre, salvo erro, 2009, 2011, 2012, 2013 e 2014. Aliás, curiosamente, se repararem, no prejuízo total verão qualquer coisa como 300 milhões de euros, sendo que o prejuízo das obrigações de 2014 é apenas de 20%.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Consegue dizer-nos quem é que foi o responsável pelas condições em que as obrigações foram colocadas no mercado secundário? E quem é que foi o responsável ou responsáveis por elas voltarem a ter sido colocadas junto dos clientes do banco?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Essa é a pergunta do milhão! Não faço ideia, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas tem noção de quem é que no banco tinha esta competência, porque estas decisões têm de ter sido tomadas por alguém, não voaram obrigações até um *broker* e do *broker* para o cliente do banco...!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Referem-se a operações que foram feitas muito antes de termos entrado em funções.

Aliás, esta matéria é objeto de auditoria forense que o Banco de Portugal ordenou e, portanto, não quero contribuir com nada que seja especulativo, porque se está uma auditoria forense a decorrer é melhor aguardarmos pelas conclusões para ficarmos todos a saber o que é que se passou.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quando é que parou esta emissão, nestas condições, em mercado secundário?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Emissões, que eu tenha conhecimento, não houve mais nenhuma. O que nós decidimos em comissão executiva foram várias coisas e uma delas foi que as recompras passariam a ser feitas de acordo com as condições de mercado e que a partir do dia 30 suspenderíamos mesmo as recompras dessas obrigações até pelas razões que se conhecem. Não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação a Angola e ao BESA consegue explicar-nos qual foi a situação com que se deparou quando tomou posse como administrador?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, aquilo de que tivemos conhecimento foi que a situação do BESA era uma situação em que o Banco Espírito Santo tinha uma exposição, em termos de balanço, muito grande, na minha opinião, independentemente de ser uma subsidiária detida maioritariamente pelo banco.

Assim, pedimos que fosse feita uma apresentação em comissão executiva sobre o que era o BESA, porque tínhamos entrado dia 14, não tinha havido uma transição de testemunho da administração anterior para a nova administração e, portanto, tudo era novo para nós.

Ora, essa apresentação ocorreu em comissão executiva e, depois, a partir daí, o que é que se passou? O *dossier* estava a ser conduzido pelo Banco de Portugal, dadas as competências específicas e também as boas relações institucionais existentes entre o Banco de Portugal e o Banco Nacional de Angola, e, portanto, tudo o que se passava com o *dossier* do BESA tinha a intervenção da comissão executiva e do conselho de administração do Banco Espírito Santo foi no sentido de avaliar a carta que o Banco Nacional de Angola enviou ao BESA, informando-o da sua decisão de que se procedesse a um aumento de capital do BESA, inquirindo se os atuais acionistas, à altura, do BESA iriam ou não acompanhar esse aumento de capital.

Dessa carta, que foi recebida no BESA, foi dado conhecimento à comissão executiva do BES, analisámos o assunto em comissão executiva, decidimos responder num curtíssimo espaço de tempo ao BNA, fazendo depender a resposta sobre a participação ou não no aumento de capital de se encontrar a fórmula adequada para garantir o reembolso ao BES da exposição proveniente das linhas de mercado monetário que o BES tinha concedido ao BESA.

A nossa ideia era que teria de ser através de um instrumento contratual que fosse reconhecido em termos internacionais e que fosse aceite, também, pelo Banco Central Europeu.

A resposta que obtivemos do Banco Nacional de Angola foi de que se tratava de assuntos distintos, que percebiam a preocupação do BES, mas que essa segunda matéria, ou seja, garantir o reembolso do BESA ao BES, seria objeto de análise e de discussão posterior.

Entretanto, marcámos uma ida a Angola, o Dr. Vítor Bento e eu, em que era suposto viajarmos no dia 3 de agosto para no dia 4 reunirmos com o Sr. Governador do Banco Nacional de Angola.

No dia 1, à noite, fomos informados, talvez por volta das 8 ou mais da tarde, que o Banco de Portugal iria aplicar a medida de resolução e o Sr. Governador pediu-nos que cancelássemos a ida a Angola, por razões óbvias, e que deveríamos estar em Lisboa no dia 4, porque seria um banco novo que iria abrir as portas e conviria que estivéssemos cá.

Portanto, isto é o que sei sobre o BESA.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou fazer agora as perguntas corridas para aproveitar a sua tolerância.

Em relação à exposição ao BESA descreveu-a como grande e isso tem sido motivo não diria de discussão mas algumas pessoas têm defendido que é absolutamente natural que houvesse esta exposição.

Assim, o que lhe pergunto é se, face ao montante dos capitais próprios do BES, esta exposição é, de facto, natural em termos de crédito. Como é que era vista, neste âmbito, a garantia soberana do Estado angolano, que foi dada a créditos de não sabemos exatamente de quem, porque desconhecemos o anexo, mas a créditos ao BESA e se isso era visto como uma maneira de os rácios poderem transmitir outras realidades, que não exatamente aquelas,

ou se, pelo contrário, havia uma perfeita noção de que aqueles créditos que estavam garantidos ou a garantia era paga ou nunca haviam de ser ressarcidos.

Por último, e só porque falou nisso, e é um pormenor, disse que, a determinada altura, lhe pediram que participasse em conversas informais e em *brainstorming*.

Pergunto-lhe se estas conversas e o *brainstorming* corresponde àquilo que ficou conhecido como o conselho superior do Grupo Espírito Santo. E, já agora, como disse que nunca teve a noção de que estava a ser gravado — e nós já ouvimos aqui as duas versões —, gostaria de saber se o gravador estava ou não em cima da mesa.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, começando pelo fim, que é aquilo que me incomoda mais, gostaria de dizer o seguinte: eu não tinha a noção de que as conversas estavam a ser gravadas, porque, nas poucas vezes que me pediram para estar presente em parte dessas conversas, um segurança à porta pedia-me que eu deixasse o meu telemóvel e o meu iPad, dizendo-me que o que se passava dentro da sala eram assuntos privados.

De facto, o segurança abria a porta de um armário onde estavam vários telemóveis e alguns iPad e eu quando entrava, como as reuniões ou as conversas estavam a decorrer, ficava, como fico aqui, próximo da porta, porque era sempre o último a chegar e era o primeiro a sair, porque teriam outros assuntos a tratar e o que me pediam era para eu poder ter disponibilidade.

Eu coloco a questão do seguinte modo: pedir a alguém que faça o favor de ir a nossa casa discutir um assunto que é do nosso interesse, quando a nós nos dá jeito e não informar a pessoa de que, por acaso, estamos a gravar a

conversa eu não consigo qualificar isso. Portanto, relativamente às gravações é isto que eu posso dizer.

Quanto à qualificação de conversas informais e *brainstorming* tenho a dizer o seguinte: para mim, uma conversa informal é quando alguém me pede para nos sentarmos um bocadinho, não me diz o que é que vamos discutir, não há uma agenda, não há um documento, não há um número, não há um plano, não há nada de nada, o que significa que a conversa vai fluindo e vai surgindo, não lhe chamaria uma tertúlia, porque não é, mas chamaria uma conversa informal.

Relativamente a ser um *brainstorming*, digo o seguinte: o que é um *brainstorming*? É as pessoas dizerem um bocadinho em função do fluir da conversa o que lhes vem à cabeça, porque não há um fio condutor, é para se ficar a pensar no que todos disseram para, depois, ver se há ali alguma coisa ou não que valha a pena seguir. Portanto, eu chamo conversas privadas e *brainstorming* pela classificação que fiz exaustiva do que é que se passava naquele ambiente.

Voltando, agora, ao outro tema da maior seriedade, que é a questão da garantia soberana e da exposição devo dizer o seguinte, Sr.<sup>a</sup> Deputada: nós sabíamos que existia uma garantia, nunca vimos o anexo — satisfazendo também uma outra pergunta que me possa vir a fazer — e garantiram-me que esse anexo não estava no Banco Espírito Santo.

Portanto, eu vi o texto da garantia, li o texto da garantia, li na altura, também, algumas opiniões que tinham sido trocadas por alguns professores de Direito sobre se a garantia era ou não válida perante o Banco de Portugal, porque era um tema da maior relevância, embora tenha ficado muito tranquilo pelo seguinte: nem o Banco de Portugal nem os auditores colocaram alguma reserva sobre a garantia, nem quando foi o encerramento das contas do primeiro semestre o Banco de Portugal mandou constituir



alguma provisão para fazer face a qualquer exposição sobre Angola. Os 2000 milhões de euros que o Banco de Portugal ordenou que fossem feitos foram exclusivamente para acautelar a exposição do BES ao GES.

Relativamente ao tema da exposição posso dizer o seguinte: quando falamos em termos de matérias prudenciais depende muito da perspetiva de cada um. Ou seja, quando eu olho para o Banco Espírito Santo, grosso modo, eu diria que tem um capital de cerca de 7000 milhões, tem uma exposição a Angola, em que, como eu disse, fizemos a cobertura de uma exposição cambial de 4,6 mil milhões eu digo que a exposição é materialmente relevante. Se é ou não motivo de preocupação aqui entramos numa segunda derivada, que tem de ser ponderada pelo fator risco; agora, que é uma exposição relevante é.

É evidente que ao ser uma subsidiária... Repare, provavelmente se o banco tivesse uma exposição do mesmo montante ao mercado norte-americano, ao mercado alemão ou ao mercado italiano, teriam cada uma destas fatores de ponderação diferentes e porquê? Porque, de facto, a perceção do risco de cada um destes mercados é diferente.

Portanto, o que nos pareceu foi que ter uma exposição a um mercado como Angola em que o banco não conhecia, porque não podia conhecer, os clientes do BESA, em Angola, e não tinha, ao fim e ao cabo, um conhecimento profundo da situação, a nós, que entrámos de novo, pareceu-nos excessivo. Provavelmente, se lá estivéssemos há mais tempo e tivéssemos conhecido poderíamos ter outro pensamento diferente, agora entrámos no dia 14 com tudo a acontecer ao mesmo tempo, Não é? Portanto, pareceu-nos, de facto, excessiva a exposição a um mercado que é um mercado emergente, e não é por ser Angola; os mercados emergentes têm todos eles fatores de risco associados que, normalmente, têm algo a ver, também, com as perspetivas de retorno que se procuram ter.

Agora, há uma grande diferença entre uma abordagem especulativa, uma abordagem muito prudencial, uma abordagem muito razoável, mas como digo, quer os auditores quer o Banco de Portugal, nunca nos chamaram a atenção, nem nunca nos deram nenhuma instrução para construir qualquer provisão para o efeito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Dr. José Honório, disse-nos aqui que passou 24 anos à frente de empresas do Grupo, que duplicou o seu valor e que passados 24 anos, alguns meses antes de ser convidado para um cargo que não chegou a assumir, sai. Pergunto-lhe: sai exatamente por que motivos? E, já agora, quais foram os termos da sua saída? Qual foi, inclusivamente, o valor que terá recebido?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, são questões, todas elas, de resposta muito simples. Eu recebi zero, porque fui eu que apresentei a minha renúncia.

Quanto à segunda pergunta, sobre quando fui convidado, devo dizer-lhe o seguinte: eu nasci no dia 30 de novembro de 1957. Até meados de março de 2014, o Dr. Ricardo Salgado nunca me tinha telefonado. Portanto, foi a primeira vez, em mais de 56 anos de idade, que o Dr. Ricardo Salgado me telefonou.

Relativamente aos motivos pelos quais saí do Grupo Semapa, são pessoais. Portanto, como são pessoais, vão continuar a ser pessoais.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, nega que terá recebido 8 milhões de euros de uma espécie de uma compensação pelos anos de casa? Já negou, não é verdade?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, desculpe, mas não foi essa a pergunta que o senhor me fez; a pergunta que me fez, se bem entendi, foi quanto é que eu recebi quando saí.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Perguntei em que termos foi feita a sua saída e se houve alguma compensação.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não recebi nenhuma compensação pela minha há saída. Mantenho exatamente o que referi, porque foi minha a decisão de sair.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já quanto a negar o valor que referi...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Desculpe, o valor que referiu, a título de quê, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Informações circularam de que teria recebido alguma indemnização, ou que teria tido alguma compensação, ou algum acordo que teria estabelecido. Enfim...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, a Semapa é uma empresa de capital aberto, o que significa que o relatório do governo da sociedade é publicado, é claro e transparente.

Todos os montantes que recebi da Semapa constam do relatório do governo da sociedade, assim como os dos demais administradores, e assim como o título a que os recebemos.

Portanto, qualquer curiosidade que tenha sobre esse tema, basta ler o relatório e está lá tudo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado.

O convite que recebe de Ricardo Salgado, com quem, até aí, não teria tido contacto, implica uma reestruturação, um novo plano para o GES. E esse plano, que já nos foi aqui mais ou menos descrito durante as primeiras intervenções — substituição de crédito por capital, presumo que negociando juros mais baixos para novos financiamentos —, implicava, de facto, influência política, pelo menos as reuniões até o indicam.

Ora, gostava de compreender como é que precisamente lhe foi feito o convite por Ricardo Salgado, qual era a razão, a finalidade, a intenção do convite.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu fui convidado para ser presidente da comissão executiva da Rioforte com a ressalva de que seria exclusivamente para o ramo não financeiro da Rioforte, porquanto a área financeira do Grupo, que estava arrumada, se assim se pode dizer, por baixo da Espírito Santo Financial Group, teria e continuaria a ter uma gestão autónoma.

O que, na altura, o Dr. Ricardo Salgado me transmitiu, juntamente com o Dr. José Manuel Espírito Santo, foi que entendiam que a Rioforte deveria ter uma reestruturação no sentido de melhorar a rentabilidade dos seus ativos. E, de facto, olhando para as fotografias que são os resultados da Rioforte, em dois ou três anos consecutivos, o que se constata é que, se os ativos

estivessem bem mensurados, não conseguiam gerar um retorno adequado do ponto de vista acionista.

E, portanto, o que entendiam era que a minha experiência profissional poderia ser um valor acrescentado para aquele Grupo, para as várias atividades que tinha, nos três continentes onde se encontrava.

Portanto, o desafio consistia em tomar conta da Rioforte, reestruturar, vir depois a solidificar o balanço e a demonstração de resultados. E porquê? A empresa precisaria de ter — aliás, isso é referido, salvo erro sobre as contas de 2013, pela Ernst & Young, segundo a qual o passivo circulante era excessivo em relação ao ativo circulante — uma estrutura de balanço mais adequada, para além de que tinha uma carteira de projetos, alguns dos quais ainda iriam necessitar de mais apoio financeiro para se desenvolverem, nomeadamente tudo o que seja promoção e desenvolvimento imobiliário, por exemplo, e mesmo os projetos de energia que tencionava desenvolver.

De modo que era preciso solidificar o balanço e a demonstração de resultados, para que o Grupo Rioforte fosse um Grupo muito apelativo e para que, quando fosse feita uma apresentação a investidores institucionais, estes sentissem que era uma proposta de investimento interessante para vir a cotar a empresa em Bolsa, dispersar uma parte do capital e, ao fim e ao cabo, a empresa ficar com uma capacidade de desenvolvimento sustentável e de *going concern* em permanência.

Esse foi o desafio que me foi colocado — e não por estas palavras, porque estas são as minhas, mas por aquilo que apreendi dessa conversa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E daí a participar, mais tarde, em reuniões com altos responsáveis de órgãos de soberania. Como é que lhe foi colocada essa sua participação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, quando eu manifestei a minha recusa para o convite que me tinha sido feito e quando vi, como disse, que o montante passivo era muito material, cerca de 4,5% do PIB, sugeri fortemente que adotassem uma metodologia de projeto.

Em termos de jargão — e o Sr. Presidente vai perdoar-me por utilizar agora um jargão —, é ter um *steering committee*, ter um *project manager* e ter uma equipa a trabalhar. E isto é inovador? Não, isto é o que se faz em qualquer circunstância, em qualquer empresa, sendo que a dimensão das equipas depende da complexidade.

Sugeri também que, face à dimensão do passivo, deveriam dar imediato conhecimento às autoridades — e, hoje, voltaria a fazer a mesma coisa.

Repare: 7,6 mil milhões de euros é um montante monstruoso e não está ao alcance de uma empresa que não tenha alternativas de financiamento entrar num processo de negociação. É que, para se negociar, é preciso ter condições e ter tempo para fazer essa negociação. Portanto, o que estava ali em causa é que aquele processo, para ser iniciado, deveria ser, quanto a mim, do conhecimento dos decisores, quer entendessem dar suporte quer entendessem não dar suporte.

O que me parecia era que, quando o País tinha percorrido um caminho muito penoso para reconstruir, na opinião de alguns — provavelmente, não será a sua —, uma credibilidade perante os nossos credores internacionais, em que a troica estava em Portugal a fazer a última avaliação, em que se discutia se seria ou não uma saída limpa e em que em vários corredores se discutia que, provavelmente, a decisão a tomar não caberia apenas a Portugal, nessa altura, ter, de repente, uma bolha de 7,6 mil milhões de euros que poderia rebentar...

Perante isto eu, considerando-me uma pessoa responsável, não tive dúvidas em escolher entre a comodidade de dizer «agradeço o convite que me fez, mas não estou interessado» e seguir a minha vida, ou passar umas noites sem dormir, que foi o que aconteceu, a pensar se eu poderia fazer alguma coisa para que, quem de direito, tivesse conhecimento da situação.

É que é diferente a pessoa decidir com conhecimento ou decidir por omissão e a minha preocupação era que, quem decidia neste País, decidisse com conhecimento e não por omissão e, para decidir com conhecimento, é preciso saber o que se passa. Portanto, foi nesse sentido que sugeri que falassem também com o presidente da comissão europeia.

Tinham-me dito que tinham vários investidores qualificados, investidores institucionais, repartidos por vários mercados, por vários países, e que as próprias empresas do Grupo estavam sediadas em várias jurisdições, nomeadamente, e digo-o de memória, Suíça, Luxemburgo e Portugal.

Ora, isto significa que haveria aqui mais do que um regulador, haveria aqui várias entidades e, então, o que me parecia era o seguinte: se o problema merecesse, por parte de quem de direito, atenção para fazer uma análise – e eu não sabia o conhecimento que as pessoas tinham nessa altura –, isso implicaria que toda a gente soubesse o que se passava e que houvesse uma coordenação entre as várias entidades. É que, se alguém estivesse disponível para dar uma ajuda neste processo, não era só dar uma ajuda, era dar uma ajuda, era acompanhar, era verificar a execução e haver partilha de informação. O que não me parecia que fosse possível era que houvesse assimetria de informação.

E quando sugeri que tivessem estas reuniões, então, o pedido que me foi feito foi, uma vez que eu tinha recusado trabalhar com o Grupo Espírito Santo, se eu estaria disponível para os acompanhar a estas reuniões. E eu fiz a pergunta que o Sr. Deputado me fez: «Mas a que título?» E a resposta que

me deram foi: «A título independente, porque você não tem nenhum interesse nisto, não trabalha connosco, não tem nada a ver com isto e, portanto, pode perfeitamente dar a sua leitura da situação». E foi com base nisto que entendi que deveria aceder, até para contribuir para que a realidade fosse conhecida.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mais uma das expressões do seu dever patriótico!

O Dr. José Honório acompanha, na segunda ronda de reuniões, de acordo com aquilo que Ricardo Salgado hoje comunicou... Melhor dizendo, teria havido uma ronda anterior de reuniões, as expectativas terão sido provavelmente goradas e, portanto, dá-se essa segunda ronda de reuniões. Em cada uma das reuniões, a comunicação foi exatamente a mesma?

E, já agora, permita-me este parêntesis: as reuniões não foram só para informar. Não é verdade? É que, quando se diz que era uma reunião para sensibilizar — e tendo também em conta o conteúdo de algumas das notas que Ricardo Salgado hoje faz chegar a esta reunião —, não era bem para que o Primeiro-Ministro e os ministros tivessem uma decisão informada, era para que tivessem uma determinada decisão.

Assim, se pudesse detalhar, daquelas reuniões em que estive presente, o que é que foi exatamente colocado em cada uma delas e quais foram as respostas, talvez fosse útil para nós.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, vai-me desculpar, mas não consigo deixar passar a sua fina ironia sobre o dever patriótico e vou responder-lhe a isso.

O meu dever patriótico leva-me a que, desde há 10 anos, de cada vez que um Governo toma posse, lhe tenha enviado uma carta com mais de 64



páginas sobre os custos de contexto da economia portuguesa e sobre as soluções para os custos de contexto, nas minhas anteriores ocupações profissionais.

E isto porquê? Porque, se me permite, acho que Portugal tem imenso futuro, acho que nós não somos capazes enquanto País de capturar o potencial que o nosso País tem e temos uma tendência generalizada para nos contentarmos com a superficialidade das coisas.

Para lhe dar um pequeníssimo exemplo, a que sei que vai ser sensível, falemos dos portos, em Portugal.

A primeira tendência, quando se fala dos portos é a de se considerar que o problema reside nos ordenados dos estivadores. Então, pergunto: «Mas quererá isso dizer que os estivadores, em Portugal, ganham mais do que os estivadores na Alemanha, em França, na Bélgica ou em Espanha?» Provavelmente, não.

E o que é que é um porto? Um porto é um conjunto de meios humanos e de meios de equipamento. Ora, pergunto: «É provável que os meios de equipamento que ocupam os portos portugueses sejam mais caros do que exatamente os mesmos que ocupam outros portos estrangeiros?» Não é credível. Aí, interrogo-me: «Então, por que é que uma operação de exportação é mais cara em Portugal do que nesses mercados?»

Estas e outras questões têm-me deixado, em termos do meu dever patriótico, preocupado com os custos de contexto, que são coisas pequeninas e que, se fossem resolvidas, estou convencido de que poderiam ajudar a que houvesse um clima de negócio muito positivo em Portugal.

E isto é um dever patriótico, porquê? Porque fi-lo, sem interesse algum. Incomodei muita gente, porquê? Porque discutia o assunto, com ministros, secretários de Estado, chamava a atenção... Ou seja, não abdiquei, naquilo que considere que poderia ajudar, de discutir as coisas.

Quanto à segunda ronda de reuniões, não conheço, nem segunda, nem primeira, nem quarta... Eu estive numa reunião, com cada uma daquelas pessoas que referi. Em relação ao que se passou nessa reunião, tenho de fazer apelo à memória... É que eu nunca tive de construir *dossiers*, na minha vida. Portanto, é a primeira vez que sou confrontado com o facto de ter de andar a fazer uma pesquisa histórica sobre o que se terá passado e como é que as coisas se terão passado.

Do que consigo recordar-me é que o Dr. Ricardo Salgado, que foi com o Dr. José Manuel Espírito Santo — e eu fui acompanhá-los a essas reuniões —, entregou um memorando, que nesse memorando o Dr. Ricardo Salgado falou bastante sobre o Grupo, caracterizou a situação difícil em que o Grupo se encontrava e referiu um conjunto de decisões que estava a tomar, quer fossem de aumentos de capital quer outras que, na opinião dele, iriam permitir que o Grupo encontrasse o caminho para sair da situação em que se encontrava, mas precisava de tempo.

E em duas das reuniões em que estive, como referi há pouco à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, o Dr. Ricardo Salgado procurou também aferir da sensibilidade de o Governo poder dar uma palavra à Caixa e julgo que ao BCP — eu digo julgo, porque não tenho a certeza se o disse, mas também não posso afirmar que não o tenha dito —, no sentido de estas instituições terem recetividade para poderem estudar uma linha de cerca de 2,1 mil milhões.

A pergunta: porquê 2,1 mil milhões? Eu não faço ideia, mas era o montante que, na altura, se admitia que os ativos da Rioforte ou, pelo menos, alguns poderiam valer.

Se essas instituições manifestassem essa disponibilidade, podiam estudar os ativos em detalhe, para que, quando se entrasse num processo de venda, o comprador tivesse, pelo menos, uma instituição que já tinha feito o

trabalho de casa, chamemos-lhe assim, e seria um diálogo mais rápido, porque ficaria apenas a depender não do ativo, mas, sim, da credibilidade do comprador a todos os níveis.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ainda fiquei sem perceber qual foi a resposta concreta de cada um e, já agora, e peço desculpa se o Sr. Doutor já o disse, quais foram os dois precisamente a quem foi solicitada influência junto da Caixa e de outra instituição bancária que, pelo que se lembra, pode ter sido o BCP.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não lhe chamaria influência, só para termos precisão com as palavras.

As duas entidades com quem o assunto foi referido foi com o Sr. Primeiro-Ministro e com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças.

Quanto à resposta que as pessoas deram, Sr. Deputado, do que eu tenho presente, a resposta foi basicamente a mesma de todas estas pessoas, ou seja, que ouviram, mas que se tratava de um assunto privado, não envolvia nenhuma empresa pública, não envolvia nada que fosse público e, por isso, esperavam que o Grupo fosse capaz de encontrar a solução para os seus problemas. Não foram estas as palavras, mas é esta, mais ou menos, a ideia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E não fizeram perguntas sobre as implicações no banco?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Que eu me recorde, não. Repare, o tema do banco nunca foi discutido.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Sr. Doutor diz precisamente o contrário do que está nas cartas de Ricardo Salgado hoje, onde se pode ler que o tema do banco foi bastante discutido — aliás, Ricardo Salgado faz questão de o sublinhar mesmo no fim da sua carta.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu não conheço a carta e, portanto, não sei o que lá diz. Estou a fazer apelo à memória e, repare, é assim: se estiverem duas ou três ou quatro pessoas numa reunião, provavelmente, nem todas recolhem exatamente o que se lá diz, cada um terá tendência para estar mais atento àquilo que considera particularmente mais importante.

No meu caso, aquilo que eu considerava importante era estarmos a falar de algo que era 4,5% do PIB, que, na minha opinião, era sistémico e que, se implodisse de uma forma desordenada, haveria muitas empresas, muitas famílias, completamente inocentes, que seriam envolvidas neste processo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E faz imediatamente a sugestão, como diz na sua intervenção inicial, de contactar as autoridades.

Diz-nos que era para terem uma capacidade de decisão informada e também para poderem sensibilizar, já que não gosta do termo influenciar, para soluções, principalmente tendo tempo e acesso a uma linha de crédito para aquisição de algumas das componentes da área não financeira. Foi isto que...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, repare: não era para o Grupo adquirir o que quer que fosse; era para que terceiras entidades pudessem...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, era para terceiros.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Para que pudesse haver uma aquisição, para o Grupo ter encaixe e, assim, libertar-se também de alguma parte do passivo.

Primeiro, já é difícil perceber por que é que um grupo económico — ou, enfim, não é difícil, percebe-se — se sente à vontade para marcar reuniões com o Primeiro-Ministro, com o Vice-Primeiro-Ministro, com o Secretário Adjunto do Primeiro-Ministro, responsável pela aplicação do plano da troica em Portugal, com o Ministro das Finanças, mas que convidem uma pessoa cujo nome tinha sido, inclusivamente, defendido por Ricardo Salgado como útil, até associado a um salário, e a primeira coisa que essa pessoa faz, nos registos que temos, é sugerir o contacto imediato, nomeadamente com Durão Barroso, dizendo que Durão Barroso era o «canhão» que salvaria o GES e o BES, isto é algo que era bom aprofundarmos para percebermos. Ou seja, de pessoa que é capaz de gerir a Rioforte a conselho junto do poder político, há aqui um passo difícil de compreender.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, agradeço a questão que me coloca, porque sucede o seguinte: nunca fui conselheiro de ninguém, nem do poder político.

Aquilo em que interagi com o poder político aconteceu desde 1993, muitas vezes, quando detetava situações que me parecia que deveriam ser dadas a conhecer.

Na minha vida profissional, nunca coloquei ao poder político nenhuma questão que fosse exclusivamente do interesse da empresa onde eu trabalhava, mas coloquei, muitas vezes, muitas questões que considerava que se fossem resolvidas seriam benéficas para a economia nacional, em que o facto de marcar reuniões... Ouça, eu não era acionista de nenhum grupo, várias vezes solicitei reuniões com vários governantes e sempre me receberam...! Nunca tive nenhum governante que se recusasse a receber-me! Porquê? Porque também terei tido o bom senso, julgo eu, de nunca ter colocado questões que não tivessem dignidade suficiente para serem colocadas a um governante. Considerava e considero que um problema de 4,5% do PIB tem dignidade e relevância para ser colocado a um governante, até porque eu estava no pressuposto de que ninguém sabia da situação.

Portanto, o que lhe peço é que esqueça o que sabe hoje, que se coloque em abril de 2014, a falar com pessoas e com um Grupo que tinha a aura que tinha em Portugal e, de repente, vê 7,6 mil milhões de passivo! A minha preocupação, na altura, repito, e se voltasse atrás, com o conhecimento que tinha, tinha feito exatamente a mesma coisa, foi dizer: «Deem conhecimento desta situação, imediatamente, ao poder político».

Eu tive reuniões com a troica, e não fui a nenhum membro do Governo; tive reuniões com o chefe de missão e tive reuniões com o Fundo Monetário Internacional. E tive reuniões porquê? Porque as pessoas entendiam que, na empresa onde eu estava, o conhecimento que tinha dos custos de contexto da economia portuguesa poderia ser uma mais-valia para que fizessem um diagnóstico do que se passava em Portugal.

Portanto, sempre entendi que um problema desta dimensão... Se eu soubesse da situação e não a desse a conhecer, isso é que nem sequer consigo qualificar. Nem sequer é comodismo! É que a troica estava a fazer a última avaliação, discutia-se se haveria ou não uma saída limpa, Portugal tinha feito

o percurso que tinha feito e, de repente, havia 7,6 mil milhões de que ninguém sabia ou, melhor, ninguém, não, porque eu, por acaso, sabia e não tinha feito nada?! Acho que isso era impensável! Daí que quem tinha de saber, se não sabia, ficou a saber. Foi só por essa razão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Independentemente da gestão política que, depois, fizeram, de maneira a que isso não fosse público antes da fingida saída limpa.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ó Sr. Deputado, permite-me... Não tenho nada a ver com gestões políticas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não tem de comentar todos os meus comentários.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, mas tenho assistido a algumas reuniões desta Comissão parlamentar e tenho percebido a sua fina ironia.

Portanto, não entenda isto como outra coisa que não seja procurar ser o mais preciso possível, para que, no final, quando entenderem que esclareci todas as questões, tenha mesmo esclarecido todas as questões.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ainda sobre os contactos com titulares de órgãos de soberania, compreende-se essa vontade de diligência e esse sentido de dever de diligência.

Ainda assim não podemos esquecer que eles estão enquadrados também numa espécie de pedido de auxílio estatal. Por que via, por que forma, enfim, uma linha de financiamento, uma linha de crédito, apoio institucional? É que nas reuniões do conselho de administração do BES,

várias vezes era dito que era preciso o apoio institucional do Governo, o que demonstra bem a promiscuidade e a forma como o banco se dava ao luxo de dizer do que precisava do Governo em cada momento — e não há de ter sido deste Governo específico.

Mas por que é que diz que Durão Barroso é o «canhão» que vai resolver, porque resolve uma cascata de outros, nomeadamente Primeiro-Ministro, Presidente da República, e diz mesmo que pode influenciar, no sentido de conseguir alguns apoios na Comissão Europeia para que não aconteça nada no Luxemburgo ou na Suíça. O que é que podia acontecer no Luxemburgo ou na Suíça?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não vou comentar gravações, depois daquilo que disse do que eram as gravações, como é que foram feitas ou contextualizadas, mas posso comentar a minha linha de pensamento. Ou seja, relativamente a falar-se com o Presidente da Comissão Europeia, eu acho que se devia fazer por uma razão simples: se há uma situação de passivo que envolve várias jurisdições, se é uma coisa que, no caso de vir a ser resolvida, não tem apenas a ver com as autoridades portuguesas, se Portugal estava sob um Programa de Assistência Económica e Financeira externa e a Comissão Europeia era uma das entidades, eu acho que era elementar que essa pessoa soubesse do que se estava a passar, até porque poderia, de acordo com o seu melhor conhecimento, fazer algum comentário ou dar alguma sugestão ou não fazer rigorosamente nada; agora, ficava a saber do que se passava — esta era a preocupação. E se a pessoa entendesse que deveria fazer alguma coisa e quisesse partilhar o que pensava com os órgãos de soberania portugueses, eu acharia isso muito positivo, porque partilhar informação não é mais do que isso.



Quando se refere a «pedir auxílio», digo-lhe o seguinte, Sr. Deputado: pedir ajuda, seja em que circunstância for, não acho que seja crime nenhum; o que pode ser crime é a ajuda ser ou não dada e em que circunstância. Agora, não vejo que pedir seja criminoso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Doutor, nós não estamos aqui a apurar...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, não, mas repare...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Esta Comissão não serve para apurar culpas nem crimes, estamos aqui a tentar compreender o quadro político e o contexto em que estas relações foram realizadas.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim, sim, mas, quando o Sr. Deputado refere «pedir auxílio estatal», repare: quantas empresas em Portugal pedem auxílio estatal? O senhor deve recordar-se da Quimonda. Não pediu auxílio estatal? Foi ou não dado? Não foi, porque se entendeu que não se devia dar.

Agora, pedir tem algum problema? Não tem! Não vejo que haja algum problema! E, em Portugal, quem já cá está há muitos anos sabe, seguramente, que em Portugal, em França, em Espanha, em Inglaterra e na Alemanha, as empresas, quando ficam em situação difícil, em última instância, viram-se para quem? Para o Estado e para o poder político! Sempre! Portanto, pedir ajuda é uma coisa a que toda a Europa está habituada, em todos os países.

Relativamente a um comentário que o Sr. Deputado fez sobre o BES e o pedido de apoio institucional do Governo, agradeço-lhe ter comentado isso pelo seguinte: do que tenho de memória, mas, se for mais do que isso, o senhor fará o favor de me recordar, das vezes que se falou sobre apoio

institucional do Governo, em comissão executiva do BES, foi no sentido de que seria necessário, em nosso entender, dar tranquilidade aos clientes do banco, de uma forma que a comissão executiva e o conselho não o podiam fazer.

Recordo que uma das decisões que tomámos, ainda no Banco Espírito Santo, foi a de contratar um *financial advisor*, que foi o Deutsche Bank, para assessorar a comissão executiva do banco em vários *dossiers*, um dos quais o de perceber como se poderia melhorar o balanço do banco, em termos de ativos ponderados pelo risco, como é que o banco poderia fazer para se capitalizar, passar a pente fino linha a linha do balanço, para ver como o poderíamos otimizar. E, quando se colocou a questão da dimensão dos prejuízos do banco, a primeira preocupação que o Deutsche Bank nos transmitiu foi a de que era fundamental que se conseguisse meter na cabeça das pessoas em Portugal que o caso de Chipre não se iria repetir, que os depositantes não iriam ser chamados também a participar em qualquer solução de resgate das instituições.

Ora, como sabem, aquilo que a legislação prevê, em Portugal, é que o Fundo de Garantia de Depósitos cobre montantes até 100 000 €, por depositante e por banco, o que significa que quando o banco estava numa situação em que podia haver uma corrida aos depósitos ou um descrédito completo, com efeitos e repercussões sistémicas que ainda bem que não aconteceram, as únicas entidades que poderiam tranquilizar o mercado não eram nem a comissão executiva nem o conselho de administração. Porquê? Não tínhamos legitimidade para ir dizer uma coisa que não estava nas nossas mãos cumprir. Que me recorde, foi por essa razão que se falou que deveria ser o Governo ao mais alto nível a transmitir ao mercado este entendimento. Se houve mais alguma situação, peço-lhe o favor de me recordar, e eu

comentá-la-ei também, mas esta tenho-a presente, porque foi uma grande preocupação que tivemos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quero discutir esse tema, mas gostava que me respondesse ainda à questão que lhe coloquei sobre o que significava utilizar o «canhão» para conseguir, inclusivamente, alguns apoios, de modo a que não acontecesse nada no Luxemburgo nem na Suíça. O que é que era preciso impedir que acontecesse no Luxemburgo e na Suíça?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ó Sr. Deputado, não era preciso impedir rigorosamente nada na altura, na minha opinião, o que era preciso era que as pessoas soubessem o que se passava e que, se assim o entendessem, tivessem uma atuação da mesma forma, convergente, em termos de acompanhar, verificar a execução e ter a certeza de que aquilo que viessem a decidir acontecia efetivamente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não disse, portanto, que ele é amigo desta casa e esta casa é amiga dele?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Posso ter dito, porque, de facto, isso é verdade.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não estou a dizer que não é verdade...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, não. Disse-o. Admito que possa ter dito! Sr. Deputado, nunca gravei as conversas que tive com ninguém. Para mim é muito difícil garantir que disse ou não disse.

Agora, sei a minha linha de raciocínio e, como o Dr. Durão Barroso teve uma colaboração com o Banco Espírito Santo, não me custa nada que eu tenha considerado isso e o tenha dito.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, a ideia de que foi dar nota, ou que sugeriu que se desse conhecimento às autoridades da situação do banco ocorre num contexto em que diz que «deveríamos falar com Durão Barroso, porque ele é o «canhão», a peça-chave que permitirá resolver, nomeadamente com o Primeiro-Ministro e com o Presidente da República, e algumas coisas aconteçam no Luxemburgo e na Suíça, ...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, não é nada disso!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... até porque ele é amigo da casa e a casa é amiga dele.

Portanto, ele será mais sensível ao conhecer a informação que lhe vamos dar, mas não queremos nada, só queremos que ele conheça.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não é nada disso; o senhor está fazer referências a frases que não consigo, por apelo à minha memória, nem contextualizar nem datar, nem o que quer que seja!

O que eu sei é que, quando constatei a dimensão do passivo financeiro, sugeri que se organizassem como se estivessem perante um projeto; sugeri que dessem conta às autoridades e ao Governo da situação em que se encontravam; sugeri que falassem com o Sr. ex-Presidente da Comissão Europeia. Tudo isso é verdade! O resto, daí para a frente, já não consigo chegar tão longe.

E, repito, nas reuniões onde estive não vi que fosse feita qualquer pressão, que fosse cobrado qualquer favor ou o que quer que fosse. O que ouvi foi o Dr. Ricardo Salgado caracterizar a situação do Grupo, explicar que a situação era difícil, que tinha um conjunto de ações para executar, mas que precisava de tempo e precisava de perceber se poderia ou não ter apoio para ter esse tempo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não nos vai dizer muito mais sobre as sugestões que fez de contacto com Durão Barroso, porque não se lembra, não consegue contextualizar, apesar de as frases terem sido identificadas como suas, mas também não as vai negar. Bom, mas é muito evidente que há a tentativa de utilizar uma alavanca, que, enfim, terá dado ou não resultados.

Sobre o apoio institucional ao banco, a preocupação, no âmbito claro, estrito, do dever patriótico, de ter esse apoio institucional não é que o Governo tome medidas para impedir que um grupo privado continue a desbaratar recursos, mas é para tranquilizar o mercado e impedir que as pessoas retirem os seus depósitos.

Ora, isso foi cumprido, curiosamente, porque dias mais tarde, tanto o Presidente da República, como a Ministra das Finanças, como o Primeiro-Ministro, fazem, efetivamente, declarações públicas a chancelar, a patrocinar, digamos, a confiança pública no Grupo, dizendo que há soluções privadas à vista e, mesmo antes disso, já durante o processo de reforço de capital, dando confiança aos investidores.

Isso até produziu alguns resultados, mas veja como essa influência junto do poder político se caracterizou, isso sim, por esconder um problema real e não por o resolver.

O Sr. Dr. **José Honório**: — O Sr. Deputado fez-me alguma pergunta ou fez uma declaração?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não fiz, mas já fiz tantos comentários que comentou que este merecia...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Então, posso comentar os seus comentários.

Sr. Deputado, pareceu-me que o senhor misturou aí várias coisas, situações e factos diferentes.

Relativamente ao apoio institucional, provavelmente não fui claro. Aquele apoio que o Dr. Ricardo Salgado pediu foi tempo, e estamos a falar em maio de 2014.

O senhor faz um salto quântico para julho de 2014 — é uma coisa completamente distinta e julgo eu que foi esse o salto que fez — que é quando o Banco Espírito Santo tem os resultados que tem e está colocado perante a situação em que se encontra, o que foi uma surpresa, diria, para toda a gente. Para mim foi! Até porque se eu tivesse mantido firme a minha intenção de só aceitar o convite depois da divulgação das contas do semestre eu nem sequer teria chegado a entrar.

Quando vamos ver os comunicados que o Banco de Portugal tinha divulgado até à data e o próprio comunicado que o BES divulgou, salvo erro, do dia 10 de julho, sobre a exposição ao GES, ninguém estava à espera do que aconteceu.

Portanto, aquilo que poderia ter sucedido era haver uma interpretação por parte dos clientes do banco que... É preciso ter presente que um banco tem uma característica: é uma empresa que funciona com o nível mais baixo e capitais próprios ao cimo da terra, porque quando se tem um rácio de

solvabilidade de 7% cumpre-se com a lei. Ora, nenhuma atividade funciona nessas condições. Uma pessoa, se tiver uma loja de eletrodomésticos, tem de ter mais de 7% se não o banco não lhe empresta um tostão; se tiver uma fábrica tem de ter muito mais do que isso ou não consegue sequer sobreviver... Portanto, isto significa que os fatores confiança, reputação, credibilidade são cruciais no negócio financeiro.

O Sr. Deputado fez o comentário de que isso era ótimo, porque assim permitir-se-ia que o Grupo continuasse a desbaratar o que quer fosse. Seguramente, o senhor não ouviu da minha boca nenhuma apologia nesse sentido... É que o setor financeiro é um setor que se rege por normas próprias.

Quanto à questão de haver ou não apoio, repito, a minha preocupação quando participei nas conversas privadas e informais — repito isto — com o Grupo Espírito Santo ou com o conselho superior era no sentido de darem a conhecer a situação.

Repare que eu não podia ter a pretensão de, com três ou quatro fotografias, conhecer o *dossier* nem gizar um plano ou estar a propor uma solução rebuscada; a única coisa que eu podia fazer, e que, como disse, não foi nada inovador, foi propor uma organização de projeto e uma metodologia que qualquer empresa segue.

A outra coisa que fiz foi insistir para que dessem conhecimento político. Porquê? Porque não me parecia que uma situação daquela dimensão estivesse ao alcance das pessoas resolvê-la sem terem algumas alternativas, porque era um montante de passivo muito elevado.

Mais: quando houvesse o primeiro problema reputacional que envolvesse o Banco Espírito Santo, o Grupo Espírito Santo ou o que quer que fosse, toda a forma como o Grupo se financiava iria ser colocada em causa. Portanto, era um problema muito, muito sério.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou mesmo a terminar e diria que, certamente, temos visões diferentes, mas tudo o que refere — e não vou contestá-lo, algumas coisas são factos — só mostra que a reprivatização do BES foi um tremendo erro, com custos para a economia, e não me refiro só ao Orçamento do Estado mas à economia em geral, e até para o desenvolvimento económico do País, que ficou capturado, em parte, pelos interesses de um grupo privado.

Para terminar, muito rapidamente, pergunto o seguinte: disse-nos que o contacto para integrar a administração do BES, segundo percebi, foi por um telefonema de Vítor Bento...

O Sr. Dr. **José Honório**: — O Vítor Bento falou comigo pessoalmente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pessoalmente. E depois foi secundado pelo Banco de Portugal...

O Sr. Dr. **José Honório**: — No dia seguinte... Por um telefonema do Sr. Governador.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Qual foi o motivo desta contratação? Em que termos lhe foi apresentada? Terá havido uma sugestão do seu nome?

Repare que estamos numa fase muito delicada. É quase a charneira de uma alteração qualitativa e quantitativa da realidade do banco e há uma ligação sua precisamente àquela última fase, na tentativa de reestruturação do GES.



Como é que, nessa fase, lhe foi dito que o seu nome era uma boa opção para integrara a administração? Queríamos compreender como é que essa cooptação terá sido feita.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado relativamente ao meu nome, essa é uma pergunta que poderá ser feita ao Dr. Vítor Bento e ao Sr. Governador.

Quando o Dr. Vítor Bento falou comigo, eu disse-lhe que tinha de pensar, que não era algo que estivesse nos meus horizontes; falámos no dia 9 à noite e no dia 10 o Sr. Governador telefonou-me a insistir, ou a secundar o convite do Dr. Vítor Bento, e eu só respondi afirmativamente depois da conversa que tive ao telefone com o Sr. Governador do Banco de Portugal.

Portanto, a propósito de terem surgido notícias na imprensa de que o meu nome teria surgido, porque eu era próximo do Dr. Ricardo Salgado, penso que terá já ficado esclarecido à sociedade a proximidade, que a Espírito Santo Financial Group, salvo erro no comunicado que publica no dia 11, por acaso, escreveu que irei ser cooptado por indicação do Dr. Vítor Bento e, mais tarde, o Dr. Vítor Bento confidenciou-me — e autorizou-me a dizer aquilo que vou dizer — que estava ele numa reunião no Banco de Portugal, ainda antes do dia 12, e recebeu uma chamada do Dr. Ricardo Salgado, manifestando-lhe desconforto com a minha ida para vice-presidente do banco, porque era um cargo que o banco não tinha, ao que o Dr. Vítor Bento respondeu que me tinha convidado para vice-presidente e que, portanto, não voltava com a palavra dele atrás.

Sobre as razões pelas quais terei sido convidado para ir para o Banco Espírito Santo não posso dizer mais do que isto.

O Sr. Deputado fez um comentário no sentido de que, provavelmente, teria sido melhor não ter ocorrido a reprivatização do BES. Digo-lhe o

seguinte: há uma história que falta fazer, em Portugal, e nem sei se algum dia vai ser feita, que é a história das nacionalizações e a história das reprivatizações.

No dia em que o assunto for discutido com profundidade e sem nenhuma inclinação, nem para um lado nem para o outro, talvez, nessa altura, consigamos perceber o que é que aconteceu ao País, por que é que ele está como está e o que poderia ter acontecido. Agora, o que não consigo é de um facto isolado tirar muito mais conclusões do que essas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o Sr. Dr. José Honório.

Já muitas questões foram respondidas, já muitos comentários foram comentados mas, ainda assim, tenho algumas perguntas objetivas para lhe colocar, mesmo que já o tenha feito, para que possamos ir consolidando algumas conclusões ou determinações.

Confesso que gostaria que ficasse mais clara a natureza da sua colaboração com a Rioforte. Segundo percebi, há um convite feito para ser administrador da Rioforte que rejeita e passa, então, a ser apenas consultor para poder ter acesso à empresa. É esta a explicação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não... Há aí uma imprecisão de que, provavelmente, sou eu o responsável.

Eu fui convidado para ser o presidente da comissão executiva, não tinha informação para poder responder sequer e o que me foi sugerido foi que a forma de eu conseguir recolher essa informação era se pudessem dizer

que eu seria *senior advisor* do presidente do conselho de administração da Rioforte, para me permitir recolher informação.

Portanto, não tem nada a ver com consultoria, não tem nada a ver com nada mais do que isto, rigorosamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando Ricardo Salgado vai ter consigo, nos vários momentos em que discutiram a natureza desta colaboração, nunca foi sua função apresentar um plano de reestruturação da Rioforte ou aconselhar o conselho superior sobre esta reestruturação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — É claro que não!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quanto tempo esteve na Rioforte e a que informação teve acesso no âmbito desta sua prestação de serviços fictícia, aparente, como modo de preparação de uma possível ida para administrador da Rioforte?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputada, em primeiro lugar, não prestei qualquer serviço. Em segundo lugar, no tempo em que estive na Rioforte, nunca estive na Rioforte.

O que se passou foi o seguinte: recebi, do que retenho de relevante, o relatório e contas da Rioforte de 2013; arranjaram-me uma sala na Rua de S. Bernardo, onde não era a sede da Rioforte, era sede do Grupo Espírito Santo, para eu ter um sítio onde pudesse reunir com as pessoas; e estive lá desde o dia 7 de abril até, admito, ao final dessa semana. E quando digo «estive lá» significa que uma parte do dia ia lá, porque tive algumas reuniões lá... Tive uma reunião com o Eng.º João Pena, tive uma reunião com o Dr. Gonçalo Cadete, que era o CFO da Rioforte, para ter informação... Portanto, isso foi

o que se passou. É difícil entender, eu também tenho dificuldade em explicar, mas foi isso que se passou.

Isto a par de eu, no dia 9 — e tenho quase a certeza de que foi no dia 9, porque no dia 7 tive a informação de que o passivo da ESI era de 4,7 mil milhões —, ter comunicado que qualquer expectativa que pudesse ter havido de eu vir a aceitar a ser o presidente da comissão executiva da Rioforte estava completamente afastada, porque eu recusava. Recusava isso, recusava remuneração, recusava o que quer que fosse.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, quando Ricardo Salgado fala num salário de 150 000 €, que muito escandaliza os seus familiares e companheiros de direção do GES no conselho superior, estes 150 000 €, que já sei que não recebeu, eram uma remuneração por que funções?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, os 150 000 € seriam a remuneração se eu aceitasse ter sido o presidente da comissão executiva da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Das pessoas que ouvimos, houve várias que comentaram a forma como a Rioforte era mal gerida e, de entre esta má gestão, o facto de haver salários milionários e alguns luxos que seriam excessivos.

Não teve oportunidade de fazer a análise da forma como a Rioforte era gerida?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, qualquer comentário que eu fizesse sobre isso era superficial, e não o devo fazer.

Para comentar um tema com essa responsabilidade eu fá-lo-ia se tivesse tido a possibilidade de conhecer a equipa de gestão, não só a equipa de gestão em Lisboa, mas a equipa de gestão que estava nos vários negócios, conhecer os negócios e ter um conhecimento *hands on* e isso é uma coisa que demora tempo a adquirir-se e eu não me atrevo, sequer, a fazer qualquer comentário sobre como é que era a gestão da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, quando é que descobriu que havia um passivo escondido na ESI?

O Sr. Dr. **José Honório**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada está a pôr palavras na minha boca que eu nunca disse.

Eu não descobri passivo nenhum, nem escondido.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que soube?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Tive conhecimento no dia 7 que a ESI devia 4,7 mil milhões de euros.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca teve conhecimento daquele pequeno episódio que se tinha passado antes, com a auditoria da KPMG às contas da ESI, que, por acaso, se tinham esquecido de contabilizar 1,3 mil milhões no passivo e que, por acaso, tinham inventado ativos para compensar esse esquecimento?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que eu sabia foi aquilo que dizia uma notícia que li no *Expresso*, que dava conta de uma insuficiência financeira na ESI. E foi justamente por ter visto essa notícia que eu disse que

era para mim fundamental ter cópia do relatório da auditoria à ESI, elaborado pela KPMG e ordenado pelo Banco de Portugal, relatório esse que não me deram.

Portanto, a informação que tive da ESI foi, no dia 7 à tarde, de que o passivo era de 4,7 mil milhões de euros.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando estava a estudar a Rioforte, teve oportunidade de se debruçar sobre as operações que foram feitas no início de janeiro, quando toda a parte das participações financeiras saiu da ESI e entrou na Rioforte, causando um endividamento da Rioforte?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, isso consta do relatório e contas de 2013 da Rioforte e é objeto de um comentário da Ernst & Young na opinião que emite sobre as contas da Rioforte e que, portanto, está lá. É a operação que está lá, não tem nada de mais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas nunca se perguntou nem lhe explicaram qual era a razão de uma mudança estrutural que, na verdade, complexificava o Grupo e endividava a empresa que supostamente ia gerir? Porquê?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Claro... Aliás, é justamente essa questão que leva a que a Ernst & Young afirme o que afirmou.

E mais: olhando para o relatório e contas da Rioforte de 2013, a ideia que tenho é a de que do passivo financeiro da empresa um montante que era quase metade era uma dívida da Rioforte ao seu acionista ESI.

Portanto, era fundamental conhecer a situação financeira da ESI para saber se a Rioforte teria ou não apoio acionista para tratar — perdoe-me a expressão — de arrumar o resto da casa.

Isto porquê? Porque, olhando também para o balanço consolidado da Rioforte, a ideia que tenho é a de que, basicamente, ele era explicado metade pelo investimento feito na aquisição da participação direta e indireta na Espírito Santo Financial Group e a outra metade pelas próprias atividades ou, digamos, pelas outras atividades todas que a Rioforte desempenhava.

Se fosse possível isolar, em termos analíticos, a aquisição da participação financeira direta e indireta e a fonte de financiamento que lhe estava subjacente era possível melhorar bastante as contas da Rioforte, a imagem do balanço e a demonstração de resultados.

Mas aquilo era um conjunto; se falhasse um, falhava o resto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas por que é que essa operação acontece? Isso nunca foi explicado? Nunca perguntou?

O Sr. Dr. **José Honório**: — A explicação que me deram foi a de que tencionavam converter a Rioforte na *holding* mais importante do Grupo Espírito Santo e que, portanto, a Rioforte ficaria com o ramo não financeiro. Não a totalidade... Porque eu referi — não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada estava na sala nessa altura, quando eu perguntei o que é que a ESI detinha para além da Rioforte...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Espírito Santo Resources...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, não. Ter-me-ão dito que tinha umas frações num edifício em Miami e que tinha a Opway e que o resto era a Rioforte. Portanto, isto foi o que na altura me disseram.

Ora, isto significa que quando se olha para a Rioforte e se vê que tem um ramo não financeiro com dimensão e tem depois uma participação na Espírito Santo Financial Group, que é todo o ramo financeiro do Grupo, de facto, a Rioforte ficaria a *holding* mais importante do Grupo.

E se a ESI só tinha, para além da Rioforte, aqueles dois ativos, era natural também que a ESI quisesse passar os ativos todos para a Rioforte para que a Rioforte assumisse esse papel.

Depois, em relação aos valores de transação, isso é outro tipo de discussão e outro tipo de análise.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas para que é que havia a necessidade de que a ESI deixasse de ser a *holding* do Grupo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Disso não faço ideia, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E nunca lhe falaram da existência de uma Espírito Santo Resources com sede nas Bahamas, que também concentrava uma grande parte do endividamento da ESI?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o organograma do Grupo Espírito Santo é extenso.

Quando entramos na análise de detalhe muito fina, e se vamos à segunda derivada, à terceira, à quarta ou à décima... Isso faz sentido à medida que vamos passando pelos sucessivos crivos de análise e quando se



esbarra num crivo que é de 7,6 mil milhões tudo o resto é pura perda de tempo.

Portanto, nunca perguntei, não tenho ideia que me tenham falado, nem acho que fosse relevante. O que era relevante era 4,5% do PIB, não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acabou de me dizer que tinha perguntado quais eram as empresas da ESI, que não a Rioforte. Era relevante, se não não tinha perguntado.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Claro. E quando me dizem que são aqueles dois, acredito no que me dizem. Não tenho razão para desconfiar do que me estão a dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas mentiram-lhe!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não sei se me mentiram ou não... Quer dizer, repare: este *dossier* é para mim penoso. Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não tenho... Para mim não é agradável discutir estas coisas, como deve imaginar, mas estou muito contente por estar aqui, porque se não tivesse sido convocado teria pedido para vir cá, mas este é um *dossier* que não me dá nenhum prazer discutir.

Na altura, fiquei tão preocupado quando vi 7,6 mil milhões que a minha preocupação já a expressei aqui. Mas saber o detalhe da empresa A ou da empresa B não foi relevante para mim, pelo que não lhe dediquei atenção rigorosamente nenhuma.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quando perguntou pela origem desses 7,6 mil milhões, mesmo que metade seja dívida à própria ESI, o que

lhe disseram? Também não perguntou para que é preciso ter essa dívida toda?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não sei qual é.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas perguntou qual era a origem de uma dívida dessa dimensão?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, não perguntei. O que disse foi que provavelmente um dia alguém iria perguntar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas se estava a ponderar ser administrador daquela que viria a ser a maior *holding* do Grupo... O Grupo tem 8000 milhões de dívida, pode eventualmente haver alguns problemas estruturais que estão dentro do Grupo...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Permite-me uma precisão?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Todas.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Eu não ia ser administrador da ESI. A dívida dos 4,7 mil milhões estava na ESI...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas ia herdar a maior parte dos ativos da ESI.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, os ativos da ESI eram imateriais no meio do contexto... O quê? Umhas frações em Miami e a Opway, que eu

perguntei quanto é que podiam valer na altura e que me disseram-me, salvo erro, que – e não quero puxar o número, mas é a ideia que tenho – poderia ser 250 milhões? É imaterial. O problema não eram 250 milhões.

Portanto, quando me dizem que têm dois ativos apenas e que o resto é a Rioforte para mim a fotografia está feita. Não me vou preocupar com 250 milhões quando tenho o que tenho pela frente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas a origem da dívida da Rioforte nunca o preocupou?

O Sr. Dr. **José Honório**: — A origem da dívida da Rioforte está espelhada nas contas. O relatório e contas é claro. Tem ativos de um lado e tem passivos do outro. Disso não tenho dúvidas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, qual é o problema financeiro da Rioforte, que tinha grande passivo e...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Repare: eu não sei se a Rioforte tinha um problema financeiro. A Rioforte tinha uma participação financeira...

Repare: eu nunca trabalhei na Rioforte, nunca fui administrador nem quadro da Rioforte; o que eu lhe estou a responder é com base na minha memória do que me recorde de ter lido no relatório e contas.

A Rioforte tinha uma participação financeira na Financial Group de que me diziam que iria correr lindamente, porque o plano de médio prazo do Banco Espírito Santo era um plano de médio prazo de crescimento e, portanto, os dividendos que iria receber seriam mais do que suficientes para o endividamento que a empresa contraiu para essa participação financeira.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quanto é que foi, já agora?

O Sr. Dr. **José Honório**: — A ideia que tenho é que foi, talvez, 2,1 ou 2,2 mil milhões...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Contrair à ESI. Estamos a falar da fase em que a Rioforte compra à ESI a parte financeira e...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sugiro que leia o relatório e contas. Está-me a fazer perguntas e eu não quero entrar em contradições.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, leia o relatório e contas que a resposta está lá. Mais do que isto não lhe consigo dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a perguntar-lhe, quando a Rioforte compra a parte financeira, que se lembra que custou 2,1 mil milhões e que faz parte do endividamento da empresa que ponderou gerir, se esta compra foi feita à ESI ou se foi compra anterior, ou seja, se foi naquela operação de reestruturação, em janeiro, ou se veio de uma operação anterior. É tão simples quanto isto.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não participei em nenhuma operação, não participei em nenhuma aquisição nem em nenhuma negociação.

Eu li o relatório e contas, que é uma fotografia. Portanto, o que lhe posso dizer é que não tenho mais informação do que o que lá está.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando saem na comunicação social relatos das reuniões do conselho superior — e devo-lhe dizer que até

agora pudemos confrontar as transcrições com os vídeos, ou as próprias gravações que estão disponíveis, e não encontramos ainda nenhum caso em que elas não fossem fidedignas — há um plano de reestruturação e esse plano é apresentado como sendo da sua autoria.

Esse plano tinha três pontos: primeiro, tinha a ver com influência, aquilo que aqui apresentou como informar as autoridades públicas — e não vou ainda pôr em causa essa interpretação; segundo, desalavancagem do Grupo, ou seja, é preciso vender ativos e reduzir dívida; terceiro, troca de operações de crédito com a Caixa Geral de Depósitos e com o BCP.

Este plano é da sua autoria? É que ele é apresentado como sendo da sua autoria.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, durante os 35 anos que trabalhei sempre tive alguns pruridos em classificar as coisas. Para mim, um plano é uma coisa séria, é um documento extenso, é algo que é apresentado, é manuseado, é discutido, tem pressupostos, é validado e, depois, então, é executado.

O que tive com as pessoas do conselho superior do Grupo Espírito Santo foram conversas privadas e informais. Portanto, não fiz um papel, não produzi um papel. É preciso que fique muito claro que o que se passava eram conversas privadas e informais.

Relativamente à questão da influência, gostaria de explicar, mais uma vez, que a minha preocupação era a de que quem de direito soubesse e que, depois, decidiria como entendesse. Mas o que eu considerei foi que a partir do momento em que eu tinha tido...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é muito simples: este plano informal e privado, que tem estas três componentes, é da

sua autoria ou não? São conselhos dados pelo Dr. José Honório ou não? É: sim ou não!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, em primeiro lugar, já lhe disse que não fiz plano nenhum nem discuti plano nenhum.

O que lhe posso dizer é que aquilo que sugeri que fosse feito — e desafio qualquer pessoa a dizer o contrário — foi aquilo que qualquer empresa em dificuldades faz, ou seja, ir falar com os seus credores e ver se consegue ou não ter uma solução negociada.

Uma empresa em dificuldades tem a viabilidade que os credores lhe quiserem conceder. Se quiserem conceder, têm; se não quiserem, não têm. Provavelmente, algumas pessoas que estão presentes na sala lembrar-se-ão de empresas que vivem em dificuldades há 30 anos em Portugal, e continuam a viver, e lembrar-se-ão de outras que já não existem. Ou seja, depende da análise de quem está do lado de lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem eram os credores com quem era necessário falar?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não faço ideia. Eles saberiam, não é?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Qual era o objetivo da troca de operações de crédito com a Caixa Geral e o BCP?

O Sr. Dr. **José Honório**: — A troca de operações de crédito é uma questão estritamente técnica.

O Banco Espírito Santo, mesmo que considerasse que os compradores dos ativos da Rioforte eram merecedores de crédito e que em condições

normais os financiariam, não o poderia fazer, porque eram operações que envolviam o seu acionista. Portanto, significava que aqui tinham uma limitação.

Ora, o que é que podia acontecer? Podia acontecer que uma outra instituição que viesse a financiar poderia, na altura, não ter balanço que lhe permitisse conceder um financiamento. Então, se trocassem operações, arranjavam espaço aos respetivos balanços.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o BES entregaria à Caixa Geral de Depósitos um crédito que tinha concedido à empresa *x* e, em troca, a Caixa Geral de Depósitos dava um empréstimo ao BES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Oiça, *swaps* de crédito fazem-se todos os dias no mercado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não estou a fazer nenhuma avaliação moral, estou a perguntar se é assim.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim, sim, claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Porquê a Caixa Geral e o BCP?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, fez-me uma excelente pergunta. Provavelmente, porque a Caixa era pública e, portanto, ao ser pública e o Estado ser o acionista... Em última instância, é o Estado que define a política que a Caixa deve seguir. Porquê? Porque é normal que um acionista defina as grandes linhas de gestão...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, peço desculpa por estar a interrompê-lo.

Agradecia que, quando entrassem nesta sala, tivessem mais cuidado com a porta, porque perturba completamente os trabalhos. Não é a primeira vez, nem a segunda, que isto acontece. E chamo mais uma vez a atenção para o ruído de fundo, que prejudica quem faz perguntas e quem responde.

Sr. Doutor, peço desculpa. Faça favor de continuar.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Por outro lado, pela dimensão do próprio balanço, porque operações que poderiam totalizar, segundo as estimativas das pessoas do Grupo Espírito Santo, os ativos a serem vendidos poderiam vir a representar 2,1 mil milhões de euros. É muito dinheiro em qualquer parte do mundo e num País com a dimensão do nosso é muitíssimo dinheiro. Portanto, só instituições com alguma dimensão em termos de balanço podem pensar neste tipo de operações.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E os contactos chegaram a ser efetuados?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não faço ideia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por que é que se haveria de informar o Presidente da Comissão Europeia, ou mesmo o Presidente da República, que não têm nenhum tipo de cargo executivo em Portugal, sobre os problemas financeiros do GES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a minha opinião sobre isso é a seguinte: perante um problema — os 4,5% do PIB —, acho que era bom



que as autoridades políticas soubessem para depois decidirem como entenderem e, seguramente, decidiriam com o seu melhor conhecimento e ponderando os interesses do País.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o problema dos 4,5% do PIB estava sediado no Luxemburgo e na Suíça?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não sei se estava.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tanto a ESI como a Rioforte estavam sediadas no Luxemburgo, na Suíça e nas Bahamas.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Repare: uma coisa são certas empresas, outra coisa é a origem do capital que estava a ser captado para financiar as necessidades. Não sei qual era a origem, não sei se a maior parte eram investidores portugueses, famílias portuguesas, empresas portuguesas... Não sei, não consigo tirar essa conclusão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vou ler uma citação que lhe foi atribuída numa dessas reuniões do conselho superior e dir-me-á se é verdade ou mentira. É que temos a vantagem de as gravações estarem a tornar-se públicas e, portanto, vamos conseguindo confrontar estas citações com as gravações que vamos obtendo.

A citação é a seguinte: «Se entendesse o problema e estivesse na disposição de o resolver...» — falava-se de Durão Barroso — «... seria o maior apoio que esta casa poderia ter para que ele próprio falasse com o Presidente da República, o Primeiro-Ministro ou o Governador do Banco de Portugal (...). Em cima disso, e atualmente mais importante, o Barroso é

amigo desta casa e esta casa é amiga dele». Reforço a expressão «entendesse o problema e estivesse na disposição de o resolver».

Esta é uma citação sua ou não?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Adorava poder responder-lhe. Nunca gravei as conversas que tive com ninguém.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas alguém o fez por si. Isso não interfere na sua memória, parece-me.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Dizem que sim. Oiça, eu não sei. Como já disse aqui no início, tive conversas privadas... A Sr.<sup>a</sup> Deputada não estava presente quando eu disse que fui convidado por alguém que tinha um problema a ir a casa dessa pessoa, quando lhe deu jeito, discutir um assunto...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas eu não estou a perguntar...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Deixe-me só terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu sei que está desagrado com a gravação.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Deixe-me só terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Certo.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Como estava a dizer, pediram-me para eu aceitar perder o meu tempo sem ganhar rigorosamente nada com isso para participar em conversas de *brainstorming*. Foi isso que aconteceu. Eram conversas não estruturadas, em que não havia um papel em cima da mesa nem uma agenda.

Em relação ao que eu penso sobre a matéria – e o que penso está a ser gravado aqui com o meu conhecimento –, o que posso dizer é o seguinte: perante um problema daquela dimensão, far-me-ia todo o sentido que, estando Portugal na última avaliação da troica, em que se colocavam as maiores dúvidas de como é que o País iria sair, se era com uma saída limpa, se era com uma linha de *backup*, o Presidente da Comissão Europeia soubesse que havia um problema com o maior grupo económico privado português, com uma notoriedade internacional única, que, simultaneamente, eram os acionistas controladores do maior banco privado português e que essa dimensão poderia eclodir de forma desordenada e representar 4,5% do PIB.

Se o Sr. Presidente da Comissão Europeia considerasse que seria do interesse da Comissão, não só pela sua utilidade, encontrar ou não forma de ajudar e, em função da sua decisão, partilhasse a sua conclusão com os mais altos dignatários da soberania do País, isso far-me-ia sentido.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos esclarecer o seguinte: não é crime pedir ajuda para resolver um problema financeiro ao Presidente da Comissão Europeia. O problema é que o Dr. José Honório insiste que não o fez e nós temos transcrições que dizem que o fez e que ponderou essa possibilidade. Não haveria nenhuma contradição se assumisse que ponderou a possibilidade de pedir ajuda institucional. Não tem mal! É pior se ela é dada ou não é dada.

Se for assumido que isso foi ponderado, podemos sair deste assunto e passar aos próximos assuntos. O problema é que há uma contradição entre os factos que temos, e que se têm mostrado bastante fiáveis, e as declarações que aqui nos faz, dizendo que nunca foi ponderado nem sugerido que se pedisse ajuda ao Presidente da Comissão Europeia por ter uma relação institucional antiga e de anos de amizade com o BES.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vamos distinguir dois conceitos: o conceito de pedir ajuda e o que está subjacente à sua pergunta, que é o conceito de tráfico de influências.

É evidente que eu sugeri que pedissem ajuda, e já o disse aqui mais do que uma vez. Pedir ajuda, não foi mais do que isso. Foi explicar a situação e quem o fez foi o Dr. Ricardo Salgado, pois eu não tinha legitimidade, nem o fiz, nem o faria, nem tinha de o fazer. O presidente do Grupo é que apresentou a situação e pediu ajuda. Eu sugeri que pedissem ajuda, e acho que fiz muito bem em tê-lo feito. Porquê? Porque o conhecimento que eu tinha, na altura, era o de que ninguém sabia do que se passava e, de repente, tomei conhecimento de uma situação, a dos 7,6 mil milhões de euros.

Espero ter contribuído para explicar a dúvida que a senhora tinha.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Contribuiu. Não só foi informado, como foi pedir ajuda. Está claro.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não! Eu não fui pedir ajuda nenhuma!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não, não. Foi o Dr. Ricardo Salgado, obviamente. Essa questão nunca se colocou.

Voltando um pouco atrás, quando disse que isto era relevante para a troica, pergunto: a falência do BES, ou uma intervenção no BES, ou a falência do Grupo Espírito Santo antes da saída da troica poria em causa a saída limpa?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não posso fazer afirmações categóricas...

Sr. Presidente, peço desculpa, mas vou interromper o meu raciocínio por causa do ruído de fundo.

O Sr. **Presidente**: — Eu percebo, Sr. Doutor. Se tivesse na sua posição, faria rigorosamente o mesmo.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Obrigado.

Como eu estava a dizer, não vou fazer afirmações categóricas sobre algo que não foi testado, e ainda bem que não foi testado.

As pessoas, seguramente, recordar-se-ão que, nessa altura, discutia-se muito em Portugal, todas as forças políticas o faziam, se iria ser uma saída limpa, se não iria ser uma saída limpa, se a saída limpa era uma decisão do Governo português, se era uma imposição da troica. Isso deu para discussão durante muito tempo, porque era uma preocupação legítima que assistia a muitas pessoas.

O que eu pensava na altura, e hoje penso igual, era o seguinte: quando o País estava a percorrer um caminho extraordinariamente penoso de recuperar credibilidade na opinião dos credores internacionais, seguindo um plano que devia seguir, depois de ter sido submetido ao crivo analítico de pessoas competentíssimas, um problema que ninguém conhecia de 7,6 mil

milhões de euros do ponto de vista reputacional para o País era tudo aquilo que Portugal não precisava.

Em consequência desse problema reputacional, nós poderíamos assistir a uma subida dos *spreads* muito grande em mercado secundário, em que os mercados da dívida se poderiam fechar a Portugal e isso iria penalizar uma multidão de empresas e de famílias completamente inocentes no processo.

Daí que, se as pessoas soubessem do que se estava a passar, tinham acesso a constituir as equipas que entendessem. Com o maior nível de conhecimento que houvesse em Portugal, poderiam decidir de uma forma informada, com conhecimento e não por omissão, como é que, quem tinha o direito e a responsabilidade e o fardo do poder em Portugal, iriam defender os interesses do País.

Isto foi tudo o que esteve subjacente ao meu raciocínio e ao meu pensamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 14 de julho foi nomeado para o BES. Já nos disse aqui como é que se deu o processo da sua entrada e o convite. Quem é que convidou Vítor Bento a ir para o conselho de administração do BES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não me deve fazer essa pergunta a mim; deve fazê-la ao Dr. Vítor Bento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, estou a fazê-la a si.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Eu sei o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe. Lemos todos na imprensa a mesma coisa. Não lhe vou dizer nada que a Sr.<sup>a</sup>

Deputada não saiba e não vou dizer uma coisa para depois dizer que eu disse... O Dr. Vítor Bento já respondeu a isso nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é a seguinte: é por pressão do Banco de Portugal, tal como fez a si, ou por pressão do Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Falo por mim e com aquilo que eu sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que teve conhecimento da intervenção pública no BES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Quando refere intervenção pública é a aplicação da medida de resolução?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim.

O Sr. Dr. **José Honório**: — No dia 1 de agosto à noite, sexta-feira.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi consultado nesse processo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, de todo!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por que é que aceitou ficar no Novo Banco?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Aflorei isso no meu depoimento inicial, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A razão pela qual aceitámos ficar foi porque julgámos ter percebido, no dia 1, que iríamos ter novamente um projeto que consistia em ter um banco para gerir com uma excelente base de capital humano, que eram todas as pessoas que vinham do Banco Espírito Santo e que eram reconhecidas no mercado pela sua qualidade, com uma carteira de clientes, ou seja, um banco bem capitalizado.

Portanto, iríamos começar com um banco expurgado dos ativos tóxicos, teríamos um projeto que consistiria em rentabilizar o banco, reestruturá-lo, garantir-lhe a sustentabilidade e em que o único limite temporal à nossa atuação seria o resultante da avaliação de desempenho que fosse feita da nossa gestão — isto no dia 1.

No dia 2 fomos informados pelos advogados externos do banco de que a legislação não contemplava essa possibilidade e, portanto, um banco de transição, que era a figura do Novo Banco, teria um prazo máximo de vida de dois anos e que, durante esses dois anos, ocorreria uma das seguintes situações: seria vendido pela totalidade a outros bancos — quando digo «o banco» são os ativos do banco, os passivos, os elementos extrapatrimoniais, os ativos sob gestão, tudo isso —, ou seria vendido em partes a outros bancos, ou seria dissolvido.

Ora, isto significa que havia uma alteração profunda de conceito. Não estávamos perante um projeto; estávamos perante uma tarefa. Não era isso que consistia a nossa motivação e o nosso interesse profissional e demos conta de tal situação ao Sr. Governador do Banco de Portugal, que entendeu as nossas razões e que se empenhou para que fosse feita uma alteração legislativa – e foi por isso que surgiu o Decreto-Lei n.º 114-B/2014 — no sentido de poder contemplar, ao fim e ao cabo, as nossas preocupações, que



era ter tempo. Por que é o tempo era crucial? O banco precisava de ter tempo para poder construir — e peço desculpa ao Sr. Presidente — uma *equity story* e uma *business story*, para dentro e para fora.

Para quê? Para que, se o objetivo fosse que o Fundo de Resolução, a prazo, deixasse de ser acionista do banco, a venda ocorresse em condições que permitissem ao Fundo de Resolução fazer uma margem positiva, ganhar dinheiro, o que implicava, em nossa opinião, que o banco deveria caminhar e trabalhar para ter um *return on equity* aspiracional de 10%, o que — e quando se fala em projetos de reestruturação e desenvolvimento, fala-se em projetos morosos — tinha um impacto tremendo, sendo que permitir-nos-ia colocar o capital humano do banco perante um desafio motivacional sem precedentes: recuperar o orgulho, trabalhar numa casa de excelência e vir a devolver o banco à sua condição de instituição privada através de investidores-âncora e fazer uma dispersão do capital em Bolsa, por uma ou mais vezes, sem restrições temporais.

Quando constatámos que isso não era possível, mais uma vez, e sem ironia agora perante o Sr. Deputado Miguel Tiago, foi o dever que nos foi colocado de que tínhamos a obrigação de ficar, porque o banco tinha de abrir na segunda-feira com uma administração credível sob pena de se colocar em causa a estabilidade do sistema financeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A minha última pergunta diz respeito às provisões e aos clientes das obrigações que foram, muitos deles, enganados e compraram papel comercial que não sabiam o que era.

Na administração de que fez parte, houve uma provisão que foi feita no Novo Banco e um plano de restituição de valores ou de, pelo menos, alteração da sua natureza para que pudessem ser restituídos ao longo do tempo a estes clientes de papel comercial.

Entretanto, houve um recuo da administração e essas garantias simplesmente desapareceram, sem que se saiba, neste momento, se esses planos vão existir e se há alguma hipótese de recuperação de papel comercial, sem que ninguém assuma responsabilidades sobre isso e sem que se saiba o que é que aconteceu à provisão efetuada que continha esse potencial de perda.

Consegue explicar-me por que é que houve este recuo e em que ponto é que deixou esse assunto quando saiu da administração?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, enquanto estivemos na administração, tínhamos consciência de que um fator importante para recuperar o valor da franquía do banco era o banco conseguir dar uma resposta positiva aos clientes detentores de papel comercial do GES e de obrigações do BES.

Nesse sentido, a administração de que fiz parte apresentou a proposta ao Banco de Portugal. Várias vezes o assunto foi discutido, mas a partir do momento em que houve a aplicação da medida de resolução a administração do banco ficou, obviamente, condicionada na sua atuação àquilo que fosse o melhor entendimento do Banco de Portugal.

Portanto, não tivemos condições de resolver o assunto como gostaríamos, porque não foi possível obtermos do Banco de Portugal uma resposta favorável na medida em que o Banco de Portugal colocava como fundamental que não houvesse implicação nos rácios de capital do banco e que a solvabilidade do banco não pudesse ser colocada em causa por estas operações.

Recordo que a aplicação da medida de resolução foi deliberada, decidida e executada pelo Banco de Portugal e, portanto, a própria composição do balanço do banco, os ativos, os passivos, o capital foi tudo

decidido e deliberado pelo Banco de Portugal, com o conhecimento que tinha de toda a situação e que era um conhecimento único.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. José Honório e agradeço as explicações que tem dado nesta Comissão.

Tenho de começar por dizer o seguinte: obviamente que algumas das questões que vou colocar vão ser não direi repetidas, mas vão incidir em temas que já foram versados pelos meus colegas anteriormente.

Gostaria também de dizer, sobre a sua declaração, que uma das questões que existe nesta Comissão, à semelhança de outras comissões de inquérito, é que as declarações iniciais feitas pelos depoentes só são conhecidas no momento e, portanto, às vezes, a informação não está ainda assimilada por parte daqueles que têm à sua responsabilidade fazer estas audições.

Quero, contudo, sublinhar que o Dr. José Honório teve uma abordagem dos factos que, de alguma maneira, não digo que contraste mas que não é exatamente semelhante àquela que tínhamos de outras audições e, até, da documentação que temos, designadamente aquilo que o Dr. José Honório já tem contestado como, por exemplo, as gravações do conselho superior.

Aquilo que me parece é que, independentemente de ter sido *senior advisor*, de ter sido administrador e das funções com que entrou no universo Espírito Santo, a forma e o momento como é apresentado e introduzido nesse universo é quase, permita-me a expressão, pela mão do Dr. Ricardo Salgado, como um «Mourinho», isto é, como alguém que tem um macroplano, um

plano de salvação do BES. Disse-nos: «Não há plano nenhum, um plano, para mim, é uma coisa séria, é um documento extenso».

Concordo com isso, mas havia oralmente, ou não, mais extenso, ou não, um plano? Apresentou esse plano?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, permita-me fazer algumas precisões.

Nunca entrei no universo Espírito Santo, nunca fui *senior advisor*, nunca fui administrador, nunca desempenhei qualquer função. Posso tê-lo induzido em erro, e por isso apresento as minhas desculpas, mas esta é a realidade.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Desculpe interrompê-lo, Sr. Doutor, mas gostaria de clarificar este ponto.

O facto de não ter entrado, no sentido jurídico-formal, não significa que não tivesse gizado ou sido responsável por esse macroplano e até sido apontado no seio do universo Espírito Santo, designadamente em reuniões do conselho superior, como o homem que ia salvar isto tudo.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, permita-me, então, mais uma precisão. Não me atrevo a discutir consigo conceitos jurídicos, porque não sei...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não é isso que está em causa.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Portanto, não vou por aí. O que posso discutir consigo, e tenho muito gosto em fazê-lo, é o que fiz. Posso assegurar-lhe que não desempenhei nenhuma função, fosse a que título fosse, no

universo Espírito Santo, nem no Grupo Espírito Santo, nem recebi o que quer que fosse. Aquilo que sugeri que fosse feito foi o que sugeriria a 400 000 empresas que me dissessem que tinham um problema daquela dimensão. E sugeriria isto num café, enquanto comia um pastel de nata. Porquê? Porque isto...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Foi esse o caso, não foi? Não foi em reuniões do conselho superior?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Repare: estamos a falar, mais uma vez de conversas privadas e informais. Aqui estamos a ter uma conversa pública e formal.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Dr. José Honório, já foi publicado um livro com as gravações do conselho superior. Mais público do que isto é capaz de ser difícil!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, espero que nunca gravem as conversas que as pessoas têm no futebol, porque isso aí então...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Eu também!

O Sr. Dr. **José Honório**: —... podemos ficar todos! Se vamos por aí fazer opiniões sobre as pessoas é muito grave.

O que lhe estou a dizer é que — e assumo plena responsabilidade do que lhe estou a dizer aqui — a minha sugestão foi a mesma que faria se estivesse a tomar um café e a comer um pastel de nata e alguém me dissesse que tinha um problema e que me caracterizasse aquele problema em 15 ou

20 minutos. Porquê? Porque é aquilo que qualquer empresa faz. Uma empresa quando está em dificuldades e não consegue pagar o que deve, nas datas em que deve, só tem um caminho, ou melhor, tem dois: não faz nada e é executada; ou, então, procura encontrar uma solução e fala com os seus credores. Falar com os credores para quê? É óbvio! Para ver se consegue ou não consegue ter uma solução negociada. Por isso, é que existem os PERSI e é por isso é que os bancos não executam todos os clientes que entram em incumprimento, aliás, executam uma minoria e chegam a acordo com os outros clientes.

Chamar a isso um plano, acho que isso é excessivo, porque, enquanto trabalhei, se alguém tivesse a ousadia de numa conversa comigo lhe chamar um plano teria respondido de uma forma muito violenta que não era plano nenhum.

Aquilo que sugeri foi isto e que era óbvio: era a desalavancagem, era reduzir o custo da dívida, era vender ativos, era entregar o valor dos ativos para satisfação de parte das dívidas. Só que dada a dimensão do problema, era preciso mais do que isso, era preciso que houvesse um apoio institucional. Porquê? Porque quem já passou por situações de negociar com bancos o que quer que seja sabe que tudo tem o seu tempo. Quando estamos a falar de uma operação desta dimensão, com esta complexidade, iria demorar muitos meses e essa variável tempo, ou a 4.<sup>a</sup> coordenada, em minha opinião, na altura, as únicas entidades capazes de poder conceder esse tempo eram os decisores políticos. Não havia outra capacidade para o fazer.

Se me disser: «Acha que isso é um plano?» Depende das conversas. Se estivermos os dois a tomar um café, se calhar, digo-lhe que é um plano. Se estivermos numa reunião de conselho de administração, digo: «Isso não é plano nenhum, apresente-me o plano para que o possa ver, apresente-me as hipóteses, apresente-me os termos de referência, apresente-me os

pressupostos, apresente-me a que conclusões chega, apresente-me a análise de sensibilidade...» Isso é que é um plano.

Depende dos ambientes e dos locais em que nos encontramos e, também, do formalismo das conversas e do próprio diálogo que está a decorrer à volta da mesa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas esse conjunto de conselhos — estou a chamar-lhe conselhos à falta de melhor palavra — que deu ao Grupo Espírito Santo ou, pelo menos, no conselho superior e junto de administradores do GES e do BES não eram abstratos, não eram, como disse, julgo eu, conselhos que se dariam em qualquer empresa, em qualquer situação difícil; eram baseados em factos.

Consultou, já disse, o relatório e contas da Rioforte de 2013. Consultou também outros relatórios e contas de outras entidades do GES e sabia da situação do próprio Banco Espírito Santo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, fiz vários planos na minha vida, até porque trabalhei na Direção de Planeamento da BP, e, portanto, tenho alguma experiência na matéria.

Plano é um documento que, uma vez discutido e aprovado, vai ser seguido e, relativamente a esse plano, vai medir-se o que se faz em relação às metas que estavam preconizadas.

Com base num balanço, numa leitura de um balanço, fazer um plano, não consigo fazer. Consigo ter uma conversa e uma conversa descomprometida. Um plano tem de ter números, se não tem números é uma conversa. Tudo aquilo que sugeri foram conselhos, foi um conceito, foi uma abordagem analítica, foi uma abordagem de projeto.

A única referência que se fez ao Banco Espírito Santo foi que ter-me-ão dito a certa altura qual era o montante dos dividendos que previam que o Banco Espírito Santo distribuisse, admito, até 2023 — portanto, mais uma vez, números — e recordo-me de que esses números permitiam ter alguma tranquilidade quanto ao fluxo financeiro que era esperado vir do Banco Espírito Santo.

Mas, mais uma vez, quando estamos a discutir as coisas a sério, os números são testados, são discutidos, são avaliados, faz-se análise de sensibilidade. Eu não fiz nada disso, nem podia ter feito durante a meia dúzia de dias em que lidei com o assunto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não é minha intenção transformar esta audição numa troca de palavras sobre conceitos, nem numa discussão nominalista sobre o que é ou não é um plano. Não é isso que está aqui em causa.

Houve ali uma série de conselhos – acho que é melhor ficarmos por esta palavra que é, apesar de tudo, uma palavra equilibrada – e, nesses conselhos, há uma ideia que também foi aqui repetida, curiosamente, pelo Dr. Ricardo Salgado, quando cá esteve, que é a ideia de que o problema do BES e do GES não era um problema do BES e do GES, mas um problema de Portugal.

Portanto, o que estava em causa era a recuperação de Portugal. Esta era a lógica, a base da ideia estratégica. Partilha ainda, depois de tudo o que aconteceu, que essa ideia tinha adequação à realidade?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, tenho de me localizar em abril de 2014.



O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sim!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Em abril de 2014, o BES não foi objeto de discussão. Quanto ao BES, o que ouvia era que o BES estava muito bem, que iria estar muito bem, que o plano de médio-prazo era ótimo e que o fluxo de dividendos era espantoso. Relativamente ao BES; nunca senti nenhuma ponta de preocupação...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sou obrigado a interrompê-lo, porque é um ponto muito interessante esse que trata.

De facto, isso é dito assim em várias audições e na documentação e, mais uma vez, o Dr. Ricardo Salgado também disse isso, disse que quando, por exemplo, se foi, passo a expressão, cobrar favores, isto é, quando seguiu esses conselhos de ir pedir a algumas pessoas ajuda no sentido de recuperar, era o GES que necessitava de ajuda e não o BES.

Curiosamente, hoje mesmo, já durante a sua audição, tomámos conhecimento de uma carta do Dr. Ricardo Salgado em que ele já não diz isso e diz que foi falar a um conjunto de individualidades não apenas no GES, mas também no BES, o que é uma novidade. Queria ouvi-lo sobre isso.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, independentemente de conhecer a carta, ou não, o que é irrelevante, só consigo responder-lhe por apelo à minha memória nas reuniões em que estive.

Nas reuniões em que estive, não ouvi nada disso, mas ouvi pessoas que já passaram por esta Comissão Parlamentar de Inquérito dizerem que houve várias reuniões de elementos do conselho de administração do BES e do GES com governantes. Isso não sei. Aliás, o que disse na altura quando

me pediram se os poderia acompanhar foi: «Acompanho-os a uma reunião». Isto porque não tinha mais nada a dizer.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E qual foi?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Acompanhei o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Manuel Espírito Santo a uma reunião com o ex-Presidente da Comissão Europeia, a uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, a uma reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, a uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, a uma reunião com o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e a uma reunião com o Sr. Governador do Banco de Portugal.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E nessas reuniões que acabou de identificar, alguma vez o pedido de auxílio, a solicitação de apoio foi feita para o BES ou foi feita única e exclusivamente para o GES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, nessas reuniões não ouvi nenhum pedido de ajuda para o BES, nem ouvi nenhum pedido de ajuda para o GES.

O que ouvi foi o Dr. Ricardo Salgado expor a situação como entendeu que devia fazer, dar conta dos planos que tinha para resolver a situação e solicitar se seria possível ter uma sensibilidade sobre a possibilidade de a Caixa e/ou o BCP — e quando digo BCP não posso garantir que tenha sido dito, mas também não o consigo negar — virem a estudar a concessão de financiamentos que no total, estimava ele, pudessem chegar a 2,1 mil milhões de euros a serem concedidos às entidades que viessem a adquirir

ativos da Rioforte, desde que essas entidades passassem o crivo da análise de risco das instituições financiadoras. Isto é o que tenho na minha memória.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, então, da Rioforte, logo do GES, não do BES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Do BES, nada. O GES é mais do que a Rioforte.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Claro, nós sabemos. Mas, pelo menos, a Rioforte integra-se no GES.

A grande novidade é agora vir dizer que houve solicitações de auxílio ao BES e o seu depoimento — só para ficarmos claros — não confirma isso, não tem essa memória.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, nas reuniões em que estive presente — e, repare, tive uma reunião com cada uma destas pessoas —, não.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A ideia de transformar o problema do BES e do GES num problema nacional, num problema de Portugal, do País e, portanto, um imperativo de uma política pública que teria uma solução pública é uma ideia que me parece inteligente, por parte de quem, passo a expressão, está aflito e está a solicitar apoio.

Não me parece que haja, ao contrário de algumas questões que me pareceu vislumbrar, problema de espécie alguma nesta tentativa. A grande questão não é tanto se a tentativa foi feita, mas se essa tentativa teve êxito. Isto é, das reuniões em que participou, daquelas que teve conhecimento direto, que foi testemunha direta, alguma dessas entidades, com quem os

responsáveis do BES e do GES se reuniram anuiu às solicitações e às pretensões do Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, nas reuniões onde estive, a resposta que retenho das entidades foi que, com exceção do Banco de Portugal, obviamente, se tratava de um problema de privados e que deveria ser encontrada a solução dentro desse mesmo universo. Isso foi o que retive.

Quando o Sr. Deputado referiu a solução pública, eu não me recordo de o Dr. Ricardo Salgado ter solicitado uma solução pública; o que me recordo de o Dr. Ricardo Salgado ter solicitado foi tempo, porque tinha um conjunto de decisões em curso e de planos que queria executar e, para isso, precisava de tempo para entrar num processo de negociação. E quando o Dr. Ricardo Salgado pretendeu conhecer, se seria possível, a sensibilidade ao tema do financiamento, repito, na reunião onde estive presente, não era para o Grupo, era para as entidades que viessem a adquirir. Porquê? Porque se essa ou essas instituições já tivessem feito uma análise dos ativos da Rioforte, se tivessem uma ideia clara sobre a respetiva avaliação e valorização, depois era mais expedito, sendo que apenas teriam de analisar a qualidade do promitente-comprador e verificar assim se ele passava ou não o crivo da análise de risco e depois, no final, decidiam como entendiam.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas nas reuniões em que estive não houve um pedido formal de empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, porque não seria adequado, não seria a sede própria, mas houve uma sondagem acerca da possibilidade de esse pedido vir a ser feito, logo seria um auxílio público.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, Sr. Deputado, ou, então, não estou a entender bem. Não era para ser concedido nenhum financiamento ao Grupo Espírito Santo.

Utilizando a seguinte imagem, suponha que vou ver um apartamento de que gosto muito e o promotor imobiliário me diz «se quiser comprar, o banco que nos financiou está disponível para lhe conceder um empréstimo». Transpondo, agora, não com esta simplicidade, mas com uma complexidade muito maior, era, ao fim e ao cabo, isso que estava em causa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Requeria uma decisão pública de participação nessa solução, independentemente da configuração específica?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Creio que não. Sr. Deputado, não consigo dizer se requeria uma decisão pública, porque quer a Caixa quer o BCP têm os seus órgãos de decisão próprios.

Portanto, não passaria pela cabeça de ninguém que uma entidade estranha desse ordens «faça-se ou cumpra-se!». Era mais no sentido de perceber a sensibilidade ao tema.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A sensibilidade ao tema e, passo a expressão, mas tenho de a usar, de cobrar favores! Ou seja, a ideia é a de que as entidades com quem iam falar teriam eventualmente algum poder em relação àquele que era o objetivo pretendido, é evidente que é isso que está em causa, porque, senão, a certa altura, dá a ideia, mesmo, que foi uma conversa à volta de um café e de um pastel de nata, o que não deve ter sido o caso certamente.

Isto é apenas uma clarificação dessa situação, embora isso, volto a dizer, não me pareça relevante do ponto de vista da configuração final do problema.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, sobre a questão de cobrar favores, devo dizer que, para mim, nunca cobrei nenhum favor a ninguém e tenho 57 anos. Para que fique muito claro, nunca cobrei nenhum favor a ninguém, nem nunca fiz favores a ninguém, portanto estou muito tranquilo a abordar esse tema.

Relativamente à questão de cobrar ou não cobrar favores, o Grupo, em minha opinião, na altura, estava numa situação muito difícil. Não sei se era uma situação que teria, ou não teria, solução, porque para chegar a essa conclusão haveria que conduzir uma análise muito detalhada, com um conhecimento muito profundo da situação e seria uma leviandade eu pretender saber o que iria acontecer.

Do que estava convencido, na altura, e do que hoje estou convencido, era que perante um problema daquela dimensão, de uma dívida que, passo o jargão, andava a rodar no curto prazo, de um montante de 7,6 mil milhões, corria tudo muito bem, enquanto não houvesse a mínima questão do ponto de vista reputacional. No dia em que houvesse qualquer questão reputacional, o Grupo seria confrontado com uma dificuldade extrema de fazer o *revolving* dessa dívida.

Portanto, para ter tempo para acautelar o que quer que fosse e para um processo negocial, esse tempo e esse respaldo teriam de ser dados por quem tinha a condição de o poder fazer, que era, rigorosamente, o Estado.

Além disso, havia uma outra questão que era a seguinte: o Grupo precisava de vender ativos, em minha opinião, na altura, o Grupo precisava de se desalavancar e a desalavancagem pode ser feita por duas vias – também

tudo clássico e tudo conversa de café: por um aumento de capital, e ao entrarem mais recursos dá-se a desalavancagem; ou por uma redução da dívida. E como é que essa redução da dívida pode ser feita? Por perdão da dívida e conversão em capital.

Ora, o Grupo Espírito Santo conhecia toda gente em Portugal e tinha uma excelente relação, porque não tivesse não tinha conseguido financiar-se como se financiava. O que me parecia era que era, também, oportuno que fossem falar com as pessoas todas que conheciam, contando a situação em que estavam e vendo se podiam, ou não, ter alguma ajuda dessas pessoas ou dessas empresas, a dois níveis, fosse sobre uma predisposição para participarem em aumentos de capital, fosse para comprar ativos, e lembro que o Grupo Rioforte tinha muitos ativos e era muito fácil fazer grupos de ativos, fazer *packages* consoante aquilo que as pessoas tivessem interessadas em adquirir.

Mas tudo isso é um processo negocial; só se sabe como se começa, porque como se acaba só depois de se percorrer o processo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Há um aspeto aí que me parece muito relevante. Nessas reuniões, havia a ideia de desenhar um quadro da situação do Grupo, estou aqui a citar o que acabou de dizer, contando a situação como ela estava.

Tinha noção, Dr. José Honório, nessas reuniões, da situação, como ela estava, ou tinha uma noção que, depois, alguns meses mais tarde, quando passou a administrador, foi completamente desbaratada pelo conhecimento objetivo dos factos.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, vou responder o melhor que posso e sei e, depois, vou-lhe pedir desculpa de uma ironia da minha parte.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Ironia fina?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, é tão óbvia que não vai ser fina! É óbvia demais!

Não tinha a mínima percepção do quadro da situação do Grupo. Sabia dois números, ou seja, que 2,9 mais 4,7 somava 7,6. Isso era o suficiente para me causar uma preocupação muito grande. Portanto, nunca tive a percepção da situação do Grupo.

Depois, peço-lhe que me conceda alguma inteligência, porque se tivesse a percepção da situação do Grupo nunca teria aceitado ir para o Banco Espírito Santo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Obviamente que tenho de lhe fazer perguntas, ainda que as respostas eventualmente possam ser quase óbvias. Faz parte.

Não tinha conhecimento de manipulação de contas, para além daquilo que já estava no relatório da KPMG, por exemplo, em relação à ESI?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não tive conhecimento do relatório da KPMG sobre a ESI. Pedi cópia desse relatório, quando vi a notícia no *Expresso*, mas não me foi entregue. Daí que só tenha sabido dos 7,6 quando me disseram que eram 4,7. Sobre os 2,9 tinha mais informação, porque tinha lido o relatório e contas da Rioforte de 2013.

Não tinha conhecimento nenhum, para além daquilo que ia surgindo na imprensa sobre essa matéria.



O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não tinha conhecimento da manipulação. Chegou aos resultados por dedução, digamos assim?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não cheguei a resultado nenhum.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Esses que acabou de dizer agora.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Perguntei e responderam-me. Perguntei qual é a dívida da ESI e responderam-me 4,7. Porque da Rioforte admiti que o relatório e contas transmitisse uma posição correta da situação patrimonial da empresa e tinha uma opinião da Ernst & Young e lá, basicamente, estavam 2,9 ou 3 de endividamento, que somando com 4,7 dava-me os 7,6 ou 7,7. Da ESI, a informação que tive foi um número: 4,7.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vou reformular a minha pergunta.

Quando assume as funções de administrador do banco, há um momento, já lá iremos, em que percebe que o quadro factual do banco não é, nem pouco mais ou menos, aquele que tinha percecionado em abril e aquele que teria sido narrado nas reuniões que teve com as várias entidades, em que acompanhou o Dr. Ricardo Salgado e outros elementos do conselho superior e, portanto, aquilo que foi narrado a essas entidades não correspondia à verdade.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não o consigo acompanhar, só lhe posso dizer o seguinte: o único quadro que tinha do Banco Espírito Santo em abril era de uma linha, era o montante dos resultados líquidos e dos

dividendos esperados, mais nada! Ou seja, a informação que tinha era que o Banco Espírito Santo iria ser um banco excelente, em termos da libertação de recursos para os seus acionistas. Era a informação que eu tinha, não tinha mais nenhuma.

Quando entrei para a administração do Banco Espírito Santo, em que todos os dias era a descoberta de um mundo novo, aquilo que nos viemos a aperceber foi que, salvo erro, no dia 10 de julho houve um comunicado do Banco Espírito Santo com a exposição ao GES — se não foi por aí, foi por essa altura —, e o que estava de acordo com a posição do Banco de Portugal era que o Banco Espírito Santo tinha uma almofada de capital suficiente para acomodar a sua exposição ao Grupo Espírito Santo. Portanto, essa era a informação que se tinha.

À medida que a situação foi evoluindo dentro do Banco Espírito Santo até que chegámos às contas do primeiro semestre que foram aprovadas pelo conselho no dia 30 de julho, todos nós, os três, e os outros administradores também, fomos confrontados com situações que não conhecíamos.

Veja: fui convidado para um projeto que era o de um banco sustentável, de um banco que estava ao serviço da economia portuguesa, que tinha uma reputação que tinha sido muito abalada, mas que era uma questão de recuperar essa reputação, essa credibilidade. O capital humano do banco era excelente e, portanto, pôr a máquina de novo a funcionar era uma coisa que se conseguia...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Esse era o seu quadro de referência?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Esse era o quadro que nós tínhamos...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E esse quadro veio a ser desmentido?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Esse quadro veio a ser completamente desmentido.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, não era verdadeiro e era aí que eu queria chegar...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Mas isso é óbvio, porque a divulgação das contas a 30 de julho, referentes a 30 de junho, demonstram qual era a situação do banco no melhor entendimento do Banco de Portugal, dos auditores e do anterior conselho de administração.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Onde a minha pergunta, que faz uma tentativa de retrotração até à situação que foi narrada a essas entidades, é a seguinte: aquilo que o Dr. Ricardo Salgado disse a essas pessoas sobre a situação do banco não era verdade?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não posso dizer isso por uma razão: porque nas reuniões em que estive presente não ouvi o Dr. Ricardo Salgado fazer comentários sobre o Banco Espírito Santo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Dizendo sempre que o banco era viável, ou seja, fazendo sempre apelo ao quadro de referência que o próprio Dr. José Honório tinha quando assumiu funções como administrador?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, quando estão duas, três, quatro pessoas numa reunião é difícil todos guardarem exatamente da mesma forma o que lá se passa.

Quando entrei nessa reunião, a minha preocupação era um número: 7,6! A outra preocupação era que fosse dado conhecimento às pessoas que a situação era grave e que poderia chegar a uma implosão desordenada. Este era o meu estado de espírito quando entrei nessas reuniões.

Portanto, ouvi, é claro que ouvi o que disse o Dr. Ricardo Salgado, até porque era ele o presidente do Grupo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Quando assumiu as funções de administrador, quando esse seu quadro de referência se foi esboroando, conforme nos disse, em que cada dia era um mundo novo, encontrou com certeza um conjunto de imperfeições no modelo de gestão e de lógicas que nada têm a ver com a manipulação de contas. Pode falar-nos um bocadinho sobre isso?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, mais uma vez, considero que não seria correto da minha parte, porque a minha permanência no Banco Espírito Santo foi desde 14 de julho até ao dia 1 de agosto. Em 17 dias não devo ter a pretensão de identificar falhas no sistema de controlo interno, identificar falhas em segregação de funções, de identificar falhas em modelos organizativos.

O Banco Espírito Santo era uma grande casa, durante muitos anos contou com assessoria e consultoria das empresas mais reputadas a nível internacional, tinha manuais de procedimentos e eu constatei que os meus colegas de conselho de administração ficaram genuinamente surpreendidos com situações que ocorreram.

Portanto, não posso dizer mais do que isto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Há pouco informou-nos, e fiquei surpreendido, que o Dr. Ricardo Salgado teria dito ao Dr. Vítor Bento para não o acompanhar na administração como vice-presidente. Não consegue explicar a razão de tal facto?

O Sr. Dr. **José Honório**: — O que o Dr. Vítor Bento me disse — e estou a referi-lo porque ele me autorizou a que eu falasse numa conversa privada — foi que o Dr. Ricardo Salgado lhe teria manifestado o desconforto, porque era uma função que não existia no banco, ou seja, o banco não tinha a função de vice-presidente, pelo que era uma função nova que iria ser criada para mim e por minha causa, ao que o Dr. Vítor Bento terá respondido que me tinha convidado nessa qualidade e que não voltaria com a palavra dele atrás.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, então, era um problema com a função e não com o Dr. José Honório?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não falei com o Dr. Salgado; quem teve essa conversa foi o Dr. Vítor Bento. Não posso dizer mais do que isto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Desculpe, mas com que sensação é que ficou quando teve conhecimento exatamente dessa situação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — A sensação com que fiquei é pessoal, ou seja, para aqui, agora, é especulativa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas nós também temos sensações, pessoais ou não, e no âmbito de uma Comissão de Inquérito temos de as revelar. A sensação com que eu fico é que o Sr. Doutor entrou, como eu disse há pouco, quase como uma espécie de José Mourinho para o universo Espírito Santo e, a certa altura, aquele que o escolheu, o Dr. Ricardo Salgado, de facto, apesar de tudo, não estava muito contente com os resultados. Não sei se por boas ou más razões, suspeito até que serão razões que o nobilitam a si, mas esta é a minha sensação.

O Sr. Dr. **José Honório**: — O Sr. Deputado fez-me um elogio que eu não me mereço, ao comparar-me com José Mourinho. Como não mereço, agradeço, mas, repito, não mereço.

Quanto ao facto de o Sr. Deputado insistir — e fá-lo certamente porque eu não fui claro — em dizer que eu entrei para o universo Espírito Santo, quero voltar a dizer o seguinte: eu não entrei, eu não trabalhei, eu não desempenhei qualquer função e eu não tive qualquer remuneração, fosse a que título fosse.

Acredito que o Dr. Ricardo Salgado tivesse apreço por mim, como terá por milhares de pessoas em Portugal, porque é uma pessoa que, seguramente, respeitará carreira e o trabalho de cada um. Por isso, é natural que o Dr. Ricardo Salgado tenha apreço por mim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Entrando ou não no universo Espírito Santo, entrou depois como administrador do BES, foi, embora por pouco tempo, como sabemos, administrador do Novo Banco e foi, como não podia deixar de ser, um observador privilegiado dos últimos meses do império Espírito Santo e do início do Novo Banco.

Nessa sua qualidade de observador privilegiado, pode partilhar com esta Comissão a que é que se deveu esta derrocada abrupta do império Espírito Santo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não estou habilitado a dar-lhe uma resposta, por uma razão: diria que sigo bastante, embora não todas as audiências, o que se tem passado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e também tenho acedido ao *site* do *Expresso* e tenho ficado surpreendido com o teor de correspondência e de cartas que há. A única coisa que posso dizer é que eu não sei rigorosamente quase nada de tudo o que se passou.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Depois de ler essa documentação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Exatamente.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. José Honório, pedindo desculpa por uma eventual repetição de alguma questão, começava por lhe solicitar, até face à sua intervenção inicial, que explicitasse melhor aquela que terá sido a primeira conversa ocorrida em março de 2014, de acordo com o seu texto, ou seja, a primeira abordagem do Dr. Ricardo Salgado à sua pessoa, em que termos é que ela foi feita, o que é que lhe foi facultado, o que é que solicitou, o que ficou acordado e o que é que sucedeu entre essa data e 5 de abril de 2014, que creio ter sido a primeira reunião do conselho superior a que compareceu.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, algures em meados de março de 2014, o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Manuel Espírito Santo convidaram-me para presidente da comissão executiva da Rioforte.

Eu não sabia o que era a Rioforte, não tinha nenhuma informação sobre a Rioforte e perguntei o que era. Explicaram-me que tencionavam que fosse a *holding* mais importante do Grupo Espírito Santo, em termos operacionais, que congregava o ramo não financeiro do Grupo e o ramo financeiro, sendo que o ramo financeiro estava arrumado debaixo de uma *holding*, que era a Espírito Santo Financial Group, que tinha, e continuaria a ter, uma gestão completamente autónoma, onde a Rioforte não teria qualquer intervenção.

O desafio que me lançavam, o projeto, era o de reestruturar a Rioforte, de olhar e repensar a sua carteira de ativos e de negócios e encontrar, porventura, outros ativos e outros negócios, melhorar a rentabilidade dos ativos da Rioforte, solidificar o balanço e a demonstração de resultados, transformar a Rioforte num caso de investimento apelativo, vir a cotá-la em Bolsa, dispersar uma parte do capital e assegurar que a Rioforte teria um caminho de desenvolvimento sustentável pela frente.

Isto foi, sintetizando, a conversa que tiveram comigo. Como eu não tinha nenhum elemento de informação sobre a Rioforte nem conhecia a Rioforte, entregaram-me uma apresentação institucional da Rioforte e mais um outro documento, que não me recordo o que era, e disseram-me: «Veja, porque isto tem a Rioforte».

Considerarei que a informação era manifestamente insuficiente, perguntei que outra informação me poderiam facultar e facultaram-me, mais tarde, o relatório e contas da Rioforte de 2013, mais uma informação de 2012, porque perguntei se não tinham informação sobre as várias empresas



subsidiárias da Rioforte, se não tinham planos de negócios, enfim, o que é que tinham; deram-me alguma coisa, mas desatualizado, que vi em diagonal e não me pareceu que fosse relevante, sendo que a peça mais relevante era claramente o relatório e contas de 2013 – isto aconteceu em finais de março, princípios de abril.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — E as condições remuneratórias? Quando é que isso foi acordado?

O Sr. Dr. **José Honório**: — As condições remuneratórias não, o conjunto das condições. Essas condições foram discutidas no dia 5 de abril. Havia um conjunto de várias situações e uma delas era informação.

Portanto, a questão foi-me colocada assim: «mas admita que tem informação, admita que ficará satisfeito com a informação que vai ter e admita que, depois de conhecer a equipa de gestão, depois de conhecer os negócios, fica satisfeito com o que vê».

Portanto, havia todo um conjunto de «se», de condições, de condicionais, e a remuneração era uma dessas condições.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Doutor, compreenda que o seu depoimento não coincide propriamente com as informações que temos.

No dia 5 houve aquela reunião do conselho superior – não vou qualificar – em que, alegadamente, o Dr. Ricardo Salgado refere que «estamos quase pobres», relativamente à família Espírito Santo, e tem as condições para o contratar a si, partilhando com os demais quais as condições de remuneração.

Portanto, não as terá inventado no próprio dia 5, imediatamente antes da sua entrada, presumo que lhas tivesse comunicado antes e daí a razão deste meu pedido de esclarecimento.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não neguei as condições de remuneração e volto a afirmar que foi no dia 5.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Mas compreenderá a minha estranheza porquanto, mantendo também a informação disponível, quando o Dr. Ricardo Salgado partilha com os demais a informação de que tencionava contratá-lo elogia-o, coloquialmente refere-o como brilhante, e diz que, hoje, deve saber mais da Rioforte do que os próprios executivos, que já tem todos os elementos.

Não sei se isto é demérito dos então administradores da Rioforte, porque o Sr. Doutor, com meia dúzia de elementos, é descrito como sabendo muito mais da gestão da Rioforte do que aqueles que trabalham lá todos os dias. Que justificação tem para esta afirmação do Dr. Ricardo Salgado? Ela é verdadeira ou não?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu não estive nessa parte da conversa, portanto, não ouvi rigorosamente nada disso nem posso comentar uma coisa dessas.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Reformulo a pergunta: nesse momento, dia 5 de outubro, considera que sabia mais da Rioforte do que os executivos da Rioforte?

O Sr. Dr. **José Honório**: — 5 de agosto?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — 5 de abril.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não falei com ninguém da Rioforte antes de 5 de abril, portanto, eu não podia saber o que as pessoas sabiam ou não. Esse comentário é uma apreciação do Dr. Ricardo Salgado e só ele é que o poderá explicar.

Aliás, uma das razões pela qual sugerem poder dizer que serei *senior advisor* é justamente para eu poder falar com as pessoas, para ninguém achar estranho aparecer ali uma pessoa a falar com elas. Portanto, eu nunca tinha falado com ninguém da Rioforte.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Nós recolhemos essa informação.

Queria agora perguntar-lhe o seguinte: o Sr. Doutor refere que há uma reunião de 5 de abril onde, aparentemente, terá ocorrido... Enfim, refere que não estará na disposição imediata de assumir essas funções para as quais é convidado, mas as frases com que já foi confrontado...

O Sr. Doutor referiu que tem todo o gosto em estar aqui hoje para prestar esclarecimentos, e é bom que não seja um depoente renitente ou reticente, tendo, portanto, a possibilidade de, hoje, nos esclarecer, até porque parece que há alguma contradição no seu depoimento inicial entre o que diz na página 3, quando refere que lhe terá sido pedido a si que acompanhasse os membros do conselho superior em reuniões com decisores políticos, e quando, na página seguinte, refere que entendeu e foi o Sr. Doutor que sugeriu que fossem ter reuniões, designadamente, com Governo.

Portanto, pergunto: de quem partiu essa iniciativa?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, as duas questões são verdadeiras, ou seja, eu sugeri que tivessem reuniões com os decisores políticos. Eu sugeri, é verdade! E é verdade que me pediram se os podia acompanhar, e eu acedi!

Portanto, se há uma ideia que o possa induzir em contradição, peço desculpa por esse facto.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Induz, seguramente, na página 3, quando refere que lhe foi pedido para os acompanhar e, portanto, obviamente, parto do princípio de que a iniciativa foi daqueles que solicitam, mas é uma questão irrelevante, já a esclareceu.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Desculpe, Sr. Deputado, quem pediu a reunião não fui eu. O Grupo Espírito Santo é que pediu a reunião. Eu sugeri que a pedissem. Pediram a reunião e pediram-me se eu os acompanhava.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Agora, Sr. Doutor, compreendo a sua incomodidade mas é a oportunidade que tem para esclarecer.

Compreendo que de todos os membros do conselho superior, eventualmente, o Sr. Doutor seria o único que desconheceria que a reunião estava a ser gravada e, portanto, terá havido alguma liberdade de linguagem. Mas, como um dos objetivos desta Comissão de Inquérito é precisamente apurar as práticas da anterior gestão do BES, pergunto-lhe se nega ter dito, dirigindo-se aos membros do conselho superior o seguinte: «A minha solução é: a fama que esta casa tem no mercado é a de que tem sempre ajudado muita gente desde sempre. Acho que está na altura de cobrar favores, de fazer uma relação das entidades e das pessoas a que podem cobrar valores e o montante que podem cobrar».

A pergunta que lhe faço é se terá dito algo deste género e qual foi a reacção.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu não sei se disse isso por essas palavras, ou não, mas vou dizer o que é que penso sobre a matéria.

A Rioforte juntamente com a dívida da ESI estavam, em minha opinião, com uma situação muito difícil para resolver. Toda a ajuda que pudessem ter era bem-vinda. Ora, estamos a falar de pessoas que conheciam praticamente toda a gente em Portugal e, portanto, pedir ajuda a alguém, dizendo como é que se está, é uma coisa que não considero que seja esdrúxula e as pessoas, depois, avaliam se querem ou não ajudar.

Por outro lado, gostaria de dizer que a ajuda poderia ser a dois níveis. O Grupo precisava de se desalavancar e a desalacancagem, teoricamente, pode ser feita de uma de duas formas: ou por uma conversão de dívida em capital e isso significava falarem com os investidores, que não sei quem eram, colocar a questão e ver se as pessoas estariam ou não disponíveis para isso ou falando com pessoas e empresas que conhecessem no sentido de saber se estariam disponíveis para participar em outras operações de aumento de capital. Aliás, repare que a história do Grupo Espírito Santo é feita desde sempre com aumentos de capital nas várias empresas; outra forma poderia ser falar com empresas ou empresários para se indagar do interesse deles em adquirir alguns ativos que o ramo não financeiro, gerido pela Rioforte, tivesse para vender.

Portanto, é nesse contexto que me revejo e, sim, sugeri que fizessem uma dessas coisas.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Pegando no termo que empregou, aquilo que refere não é esdrúxulo; esdrúxulo é fazer uma relação de entidades

e pessoas a quem se podem cobrar valores e esdrúxulo será apurar o montante que podem cobrar por esses valores.

A pergunta que lhe faço é: qual foi a reação perante esta sugestão? Reconhecerá que é perfeitamente esdrúxulo contabilizar favores...! É esta a pergunta muito clara que lhe queria fazer.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, o que é esdrúxulo é alguém convidar-me para ir a casa dessa pessoa discutir um assunto que é do seu exclusivo interesse, que não tenho interesse nenhum em discutir, em que não ganho rigorosamente nada com isso a não ser ficar com um nível de preocupação que não tinha antes de saber que havia uma entidade no País que devia 7,6 mil milhões de euros. Conversas não estruturadas, conversas informais, conversas sem um papel em cima da mesa, conversas sem um número; isso é que não consigo sequer qualificar!

Depois, quanto às expressões que podem ou não ter sido utilizadas, digo o seguinte: nunca gravei as conversas que tive com ninguém e, portanto, não estou em condições de dizer se disse ou se não disse, mas estou em condições de lhe explicar a minha linha de pensamento e, num ambiente formal como este, que está a ser gravado com o meu conhecimento, aquilo que lhe digo é exatamente aquilo que eu disse, ou seja, que uma empresa em dificuldades, que não queira ir ao fundo, deve ser capaz de inventariar os mecanismos que tenha ao seu alcance para procurar soluções alternativas, desde compra de tempo até recursos financeiros. E a obtenção de recursos financeiros faz-se como? Vendo com quem é que se pode ir falar e pedir ajuda.

Portanto, se alguém me disser que tem um problema e perguntar o que é que deve fazer eu diria a mesma coisa, porque isto é daquelas coisas básicas que se diz em qualquer parte, aplica-se a todas as soluções, com um café,

com um pastel de nata, sem café, sem pastel de natal, com um copo de água... Para se dizer mais do que isto, então implica ter-se um conhecimento detalhado, implica ter números, implica ter modelos de simulação, implica saber com detalhe a complicação da situação que se tem pela frente.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Doutor, compreendo a sua insistência no café e no pastel de nata, mas compreenderá que, tratando-se de uma comissão parlamentar de inquérito, tenhamos alguma dificuldade em perceber como é que no dia 5 de abril de 2014, na situação financeira em que, hoje é inequívoco, o BES/GES se encontrava, havia disposição de contratá-lo por 2,1 mil milhões de euros anuais mais *funds benefits* sem que, aparentemente, e de acordo com o seu depoimento, o Sr. Doutor estivesse na posse de qualquer informação mais qualificada e, sobretudo, tendo feito um conjunto de sugestões que, como diz, qualquer pessoa pode dar: «Vão procurar pessoas que os possam ajudar».

Portanto, manifestamente não é esse o suporte para uma contratação e, portanto, certo de que compreenderá esta perplexidade, gostava que o Sr. Doutor justificasse por que é que ia ser contratado.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, perdoe-me que brinque um bocadinho com o tema, mas eu estava à espera que lhe suscitasse muito mais curiosidade saber como é que eu recusei 2,1 mil milhões de euros por ano, porque é imenso dinheiro! Isso é que achei que lhe poderia suscitar alguma curiosidade.

Por que é que me queriam contratar? Terá de perguntar ao Dr. Ricardo Salgado.

Relativamente à fotografia que se faz, o Sr. Deputado seguramente terá pessoas amigas com experiência de gestão e se lhes puser à frente três

folhas do relatório e contas da Rioforte elas vão dar-lhe a mesma conclusão, porque não é preciso ler muito. É uma coisa em relação à qual com muita facilidade se faz uma fotografia da situação, portanto o *snapshot* é imediato. Depois a questão a seguir é: então, perante esta fotografia há ou não caminhos, há ou não soluções? Essa fotografia sofre um eclipse total quando em cima dela se lhe põem 4,7 mil milhões.

Portanto, ficamos com 7,6 quando se tem uma fotografia que é 2,9 e a seguir se lhe sobrepõe 4,7, ficando com um panorama muito escuro. Portanto, a informação que eu tinha do relatório e contas...

Repare: uma pessoa sabendo o que é que vai ler, numa hora ou em duas horas, lê aquilo e fica com uma fotografia, fica com uma ideia de que aquela fotografia até pode ser simpática e engraçada, porque se tirasse logo a conclusão de que a fotografia era muito má nem passava da fotografia, não é? Quando a seguir tem outra fotografia que adensa aquela, aí é que a conclusão é definitiva.

Portanto, ficaria admirado se um aluno de gestão do 1.º ano da universidade não fosse capaz de olhar para aquele relatório e contas — não lhe digo dando-lhe uma hora, mas dando-lhe, por exemplo, um dia, porque estava no primeiro ano da faculdade —, simultaneamente com o parecer dos auditores, que são duas ou três folhas, e concluir o óbvio.

Portanto, eu não fiz nada que uma pessoa normal não fizesse.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Doutor, estamos a falar em abril, altura em que começaram as suas relações com o conselho superior, que se prolongaram no tempo.

As reuniões terão decorrido em maio...



O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não consigo dizer o número de conversas que tive, porque não lhe chamo reuniões, chamo-lhe conversas, porque eu entrava e saía... Diria: foram muito poucas, mas, a partir do momento em que informei e comuniquei que recusava a proposta que me tinha sido feita, que sugeri uma abordagem analítica, deixou de haver assunto de conversa para se falar muito mais, a não ser que houvesse mais cafés e mais pastéis de nata, porque o essencial estava dito.

Portanto, a partir daí era quase mais por uma questão de consideração. Se me pergunta: «Acha que pode às tantas horas passar cá para conversarmos um bocadinho». A pessoa, por uma questão de educação, se puder, não vai dizer que não. Mas não havia nada de novo a discutir nem a acrescentar.

Quando o Sr. Deputado diz: «Bem, mas as conversas duraram até maio». Em maio foi quando houve as reuniões em que eu estive com as pessoas que já identifiquei até aqui. Não me pergunte em que dias foi, porque não sei, não fiquei com registo rigorosamente nenhum. Como eu digo, na minha vida, nunca constituí *dossier* de coisa nenhuma e, portanto, não sei. Mas admito que seja em maio, porque ouvi o Dr. Ricardo Salgado dizer nesta Comissão que algumas reuniões tinham sido em maio, portanto, admito que seja em maio, porque se ele não tivesse dito e se me tivesse perguntado quando, eu não sabia.

Se me perguntar: «Então, mas teve mais alguma reunião em abril ou em maio?» Sr. Deputado, não consigo responder. Não havia era nada de novo para dizer, porque o que havia para dizer, até dia 14, 15 ou 16, ficou tudo tido.

Bom, primeiro tive um choque, depois de ter o choque pensei «perante isto, não posso ficar assim. O que é que posso fazer? Com o que é que posso contribuir para ajudar estas pessoas a fazerem alguma coisa?». Isso não é

instantâneo, porque, apesar de ter 56 anos de idade na altura, eu nunca tinha visto uma coisa daquelas.

Depois, a conversa foi-se construindo e foi quando sugeri a organização de um projeto, uma abordagem metodológica. Se me disser assim: «Mas isso é extraordinário?» Sr. Deputado, em todas as empresas onde trabalhei, de cada vez que havia um investimento novo para fazer, fosse qual fosse a dimensão, constituía-se uma equipa de projeto. Porquê? Porque é o normal, é o clássico, para que haja um órgão responsável não só pela análise, pela execução, pelo acompanhamento, como, depois, por dar conta às pessoas de quem depende como é que as coisas estão a decorrer.

Portanto, isto é básico. Diz-me assim: «Mas isso é tão elementar!». É exatamente assim, é elementar! «Então não disse nada de novo?». Não, não disse nada de novo. Não descobriu pólvora nenhuma? Não descobri pólvora nenhuma. Disse aquilo que era óbvio e recusei o projeto que me tinham proposto. Portanto, não tinha sentido eu fazer o que quer que fosse ou receber o que quer que fosse.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Refiro o mês de maio não só pelas reuniões de que já falaremos, mas também porque, como sabe, é em maio que saem as notícias, que tinham sido alvitradas na reunião de abril, segundo as quais o Dr. José Honório colaborava na reestruturação do Grupo e era inclusive apontado, devido à sua relação de confiança, como eventual sucessor de Ricardo Salgado. Não desconhece este facto?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, agradeço imenso ter falado desse tema pelo seguinte: telefonei um dia ao Dr. Ricardo Salgado manifestando o meu profundo incómodo por esse tipo de notícias e ter-lhe-ei dito, mais ou menos, que lhe pedia o favor que ele utilizasse as pessoas da

área da comunicação do banco para esclarecer esse equívoco, porque a notícia era falsa, porque os dois sabíamos que esse assunto nunca tinha sido discutido entre nós e que eu achava abusivo o meu nome andar a circular como sendo um possível sucessor de Dr. Ricardo Salgado, quando essa matéria nunca tinha sido discutida. Esta é a primeira questão.

Segunda questão: quanto à proximidade com o Dr. Ricardo Salgado — e espero que o que vou dizer a seguir não seja interpretado pelo facto de o Dr. Ricardo Salgado estar hoje em dia na situação em que se encontra, não tem nada a ver com isso —, devo dizer que nunca tive proximidade, nunca tive relação com o Dr. Ricardo Salgado. Era uma pessoa que eu respeitava, era uma das muitas em Portugal que eu conhecia.

Cruzei-me com o Dr. Ricardo Salgado algumas vezes em eventos e, como lhe digo, desde que nasci, no dia 30 de novembro de 1957, a primeira vez que o Dr. Ricardo Salgado me telefonou foi em meados de março quando me disse que gostaria muito de poder conversar comigo, ele e o Dr. José Manuel Espírito Santo, para me lançarem um desafio. Até lá nunca me tinha telefonado, nunca tinha falado comigo por estas razões.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Peço desculpa pelo equívoco, mas há pouco não tinha referido — aliás, consta das reuniões — que teria ficado acordado que o Grupo faria sair uma notícia da sua colaboração com o Grupo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, são coisas distintas. A 5 de abril, quando me perguntaram se poderiam divulgar ao mercado, eu sublinhei: «A situação é precária, porque ainda não tomei nenhuma decisão. A que título?». Disseram: «É que o seu nome credibiliza».

Portanto, pediram-me autorização para «dizer» no mercado que eu estava a trabalhar com eles. Eu não estava a trabalhar com o Grupo; eu alertei que era muito precário, porque havia um longo caminho a percorrer, quando me propõem que eu dissesse que era *senior advisor* foi para que eu pudesse ter acesso às pessoas da Rioforte, para poder falar com elas para começar a ter informação, que não tinha até essa altura. O que eu tinha, até essa altura, era uma fotografia. Portanto, foi exclusivamente nesse contexto que me pediram autorização e que eu acedi a que pudessem dizer que eu estaria como *senior advisor* não do GES, mas do presidente do conselho de administração da Rioforte. Foi isso que me pediram e eu disse que sim.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Peço desculpa, mas quando a notícia que sai em maio diz que o José Honório tem sido um parceiro de confiança que, informalmente, tem assessorado Ricardo Salgado na reestruturação e na evolução que se tem vivido dentro do GES, fruto, em boa medida, da relação de confiança que já disse que não existiu, ou seja, a primeira parte é feita com a sua concordância e conhecimento?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ó Sr. Deputado, não! Repare, é assim: tenho pensado nessas questões, até porque sou uma pessoa que cultiva o ser recatado. Sempre fui uma pessoa *low profile* e, portanto, essa situação incomoda-me.

Eu não participei em nenhum plano de reestruturação, não fui consultor nem assessor de ninguém e a única coisa a que acedi foi a que o Grupo pudesse dizer que eu estaria como *senior advisor* do presidente do conselho de administração da Rioforte.

Portanto, eu não trabalhei em nenhuma reestruturação do GES, não trabalhei em coisíssima nenhuma do Grupo Espírito Santo; a única coisa que

fiz foi ter um *snapshot* — o relatório e contas da Rioforte — e mais uma meia dúzia de informações, sugerir uma abordagem analítica, um caminho e uma abordagem de projeto. E, aliás, fiz questão de dizer que não teria qualquer remuneração, que não estava a trabalhar com eles, e recusei o lugar que me queriam oferecer, que era o de presidente da comissão executiva da Rioforte. Foi o único lugar que estive em discussão, nunca estive outro.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Está esclarecido que esta notícia foi abusivamente colocada e nos termos em que o foi.

Esclareça-me uma situação: quando em março/abril/maio tomou conhecimento e acompanhou, nos termos em que já referiu, a evolução da situação do GES, mormente da Rioforte, já tinha conhecimento da existência das restrições, do chamado *ring-fencing* que o Banco de Portugal tinha ordenado em final de 2013?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, vou ser muito preciso na resposta que lhe vou dar.

Relativamente ao termo *ring-fencing*, sim; ao conteúdo, não. A única coisa que eu sabia, porque me foi dito, era que o Banco de Portugal tinha exigido que houvesse uma diminuição da exposição do GES aos clientes de retalho do banco, o que estavam a fazer escrupulosamente. Esse era o meu conhecimento da situação.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Quando há pouco referia, a instâncias de um Sr. Deputado que agora não consigo recordar e que peço desculpa, que a situação contabilística da Rioforte corria o risco de implosão desordenada e foi esse risco que...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Quero fazer uma precisão: não era a Rioforte que corria o risco de uma implosão desordenada; o somatório do passivo da ESI de 4,7 com 2,9 da Rioforte, que dava 7,6 mil milhões de euros, é que corria o risco de implodir desordenadamente.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Feita essa correção, reconhecerá que esse risco de implosão desordenada, na sua análise — ou, pelo menos, admitia essa hipótese —, podia ter consequências ao nível do BES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Esse salto quântico não consigo dar, porque eu não tinha nenhuma informação. Ou seja, a informação que eu tinha do BES e que, na altura, me disseram, era, como lhe digo, a linha, que foi no que me concentrei, dos resultados líquidos do BES e do montante dos dividendos que era suposto o BES distribuir. E, de facto, eram fluxos muito importantes.

De resto, eu não tinha nenhuma informação, nem era suposto ter, porque repare: eu não desempenhava qualquer função, não tinha qualquer cargo, convidaram-me para uma função que recusei, tive a fotografia da peça mais importante que retenho, que era o relatório e contas. Porquê? Porque era um documento com alguma dimensão, era extenso, era atual, era de 2013, tinha uma opinião da Ernst & Young e, portanto, isso permitia-me ter ali uma fotografia da Rioforte e, com base nessa fotografia, digo que o cenário da Rioforte era difícil mas tinha solução. Dependendo de quê? Da condição de o seu acionista único, a ESI, poder ou não apoiar a sua subsidiária Rioforte, na medida em que esta subsidiária, ao ter adquirido uma participação financeira direta e indireta na exposição do Financial Group, ficou, também, com uma dívida perante o seu acionista.

Repare, Sr. Deputado, está a fazer-me perguntas às quais estou a responder com muito boa vontade, com apelo à memória, porque nunca trabalhei na Rioforte, mas li o relatório e contas.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Viu o relatório e retém o número que surpreendeu pela sua magnitude.

O Sr. Dr. **José Honório**: — É que 7,6 é um número que não se esquece!

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Mas faço-lhe esta pergunta porque algo suscita a minha estranheza e compreendo que não tivesse essa perceção, mas, da sua parte, também haverá a perceção de que outros tinham essa obrigação. Ou seja, quando se lembra, por sugestão sua e nos termos em que já referiu, de ter reuniões com uma série de entidades que aparentemente não têm nenhuma relação com a solução, a verdade é que, como há pouco alguém referia, alguns deles eram apenas titulares de cargos políticos, e, portanto, não tinham nenhuma relação direta com qualquer possibilidade de solução, mas esqueceram-se da entidade relativamente à qual tinham obrigação legal de participar, pois, presumo que saiba que no Código de Mercado de Valores Mobiliários é obrigatória a participação de qualquer informação idónea capaz de influenciar a avaliação de mercado do BES, sendo que, como sabe, em maio estava a decorrer um aumento de capital.

O que lhe pergunto é: face à magnitude dos prejuízos destas empresas, quem estava na posse da informação — e, obviamente, dou de barato que o Dr. José Honório não estivesse, mas os seus interlocutores estavam —, teria essa obrigação de reunir com a CMVM e de informar o mercado das condições do Grupo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não interprete a minha resposta como não querendo ajudar esta Comissão a perceber o que se passa, mas permita-me que faça a seguinte precisão: o que tive conhecimento foi de uma situação de passivo de 7,6 mil milhões e não tive conhecimento de nenhuma afetação quanto ao Banco Espírito Santo ou qualquer outra entidade.

Quando o Sr. Deputado referiu reuniões com detentores de cargos políticos, não era com quaisquer uns; o Primeiro-Ministro e a Ministra das Finanças são membros de um Governo e, portanto, ao dar-se conhecimento de uma situação a este nível, está a dar-se conhecimento a pessoas que têm capacidade efetiva de tomarem decisões como entenderem e no sentido que entenderem.

Neste processo tive uma grande ingenuidade ao pressupor que ninguém sabia, porque, para mim, era inconcebível que o desmoronar de uma coisa daquele tamanho fosse algo que não preocupasse quer as nossas autoridades quer as autoridades europeias.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Eu reformulo a pergunta: se o Sr. Doutor soubesse a informação que os seus interlocutores sabiam, teria participado à CMVM?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ó Sr. Deputado, eu não vou fazer juízos de intenções...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Mas é uma questão legal!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, não! Ouça, é assim...



O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Se soubesse essa informação, participava ao banco!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ó Sr. Deputado, eu podia ter tomado um caminho cómodo, que era: convidam-me para presidente da comissão executiva da Rioforte para um projeto, porque o que me pode motivar são projetos. Se não havia nenhum projeto, eu dizia que não, virava as costas, tomava não sei quantos cafés, conversava com os meus amigos, e, portanto, podia viver angustiado com um problema que acho que ia cair em cima de todos nós.

Entendi fazer mais do que isso e assegurei-me, o que foi feito, que aquelas entidades que, na minha opinião, na altura, deveriam ter conhecimento da situação, o soubessem. Essa parte, eu fiz. Não me peça para eu lhe dizer mais do que isto, porque da CMVM nem me lembrei, e porquê? Porque a CMVM não ia resolver problema nenhum, porque não tinha capacidade para isso. São coisas distintas.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Eu sei!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, durante 35 anos trabalhei em gestão, quando vejo um problema agarro-o, para ver se tem solução e, se tem solução, ver em que é que se traduz essa solução, qual é o custo e o benefício dessa solução.

Portanto, a minha reação foi inata. Aquilo não era um problema, mas era uma coisa de uma dimensão tremenda. Não fui capaz de dizer: «Pronto, acabou, não tem nada a ver comigo, vou virar as costas.». O que pensei foi:

«Como é que se pode olhar para isto e como é que se pode encontrar se vale ou não vale a pena analisá-lo em detalhe e encontrar...».

Repare: a haver solução o caminho era longo e estreito, e, se houvesse solução, que não sei se haveria ou não, o que teria acontecido? Ficaria um grupo mais pequeno, mais robusto financeiramente? Provavelmente, ainda ao fim de uns anos, com alguma fragilidade ou não, não sei, mas não considerarei que fosse uma situação que não tinha, de todo, solução, mas podia dizer: «Eu é que não tenho condições!».

Seria irresponsabilidade da minha parte, com meia dúzia de fotografias, arvorar-me em ser capaz de ter uma solução para aquilo, o que era uma irresponsabilidade, pois uma coisa com aquela dimensão tem de ser vista, estudada e dissecada por quem conheça o assunto em detalhe, tem de haver uma equipa multidisciplinar.

E mais: no meu entendimento, se fosse tomada a decisão de haver qualquer tipo de apoio, não era só apoio, tinha de haver uma monitorização, uma execução e um acompanhamento. Mais do que isto não consigo dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Vou terminar, agradecendo a indulgência do Sr. Presidente.

Só tenho uma questão, à qual eventualmente voltaremos, mas que me suscita alguma perplexidade. Creio que compreenderá porquê e daí a explicação que agradeço, desde já.

É sabido que o Banco de Portugal recusou a indicação de alguns administradores, nomeadamente do Dr. Amílcar Morais Pires, e de um conselho de administração com o fundamento de que era necessário afastar do BES a responsabilidade de pessoas que estavam ligadas ao GES.

Sabemos agora que era falsa, mas o mercado tinha a informação de que o Dr. José Honório era o total homem de confiança de Ricardo Salgado, que tinha colaborado na reestruturação do Grupo, que tinha sido contratado ou que estaria em vias disso, assessorando informalmente, com o propósito de salvar o GES e, não obstante, aparece na administração do BES, formalmente indicado pela Espírito Santo Financial Group, portanto por Ricardo Salgado, com esta estranheza, sobre a qual o questiono agora: é que nos refere que foi convidado a 9 de julho por Vítor Bento.

Ora, o Sr. Doutor, com maior ou menor formalidade, tinha um relacionamento com o Dr. Ricardo Salgado desde março e, aparentemente, o Sr. Vítor Bento não tinha nenhum, mas no dia 4 de julho é anunciado que o Dr. Vítor Bento iria ser o presidente do BES.

Quer dizer, o Dr. Ricardo Salgado nunca falou consigo relativamente à possibilidade de ser administrador do BES? Está sempre a dizer-me: «Não me peça para dizer...», mas vou pedir-lhe para nos dizer como interpreta e como é que torna, perante nós, plausível essa versão, ou seja, como é que o Dr. Ricardo Salgado vai convidar o Dr. Vítor Bento — que referiu que foi convidado a 30 de junho pelo Dr. Ricardo Salgado — com quem, aparentemente, não tem qualquer relação e o Sr. Doutor, mal ou bem, que tem uma relação desde março, não é convidado por ele e acaba à frente do BES, sendo certo que a sua função no GES era fazer exatamente o contrário daquilo que foi fazer no BES — era suposto o BES acabar com a exposição ao GES.

Portanto, ironia das ironias, o Sr. Doutor ia ser contratado para salvar o GES e acabou no BES, impedido de dar a mão ao GES e, ironia das ironias, acabou, pouco tempo depois, tanto com o GES como com o BES.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não foi indulgência, foi cegueira!

*Risos.*

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, o senhor fez um conjunto de afirmações que vou ter de destruir todas, uma por uma, para não ficar pedra sobre pedra.

*Risos.*

A primeira é que o senhor refere relacionamento com o Dr. Ricardo Salgado desde março. Como lhe disse, tenho cinquenta e sete anos e uns meses de idade e a primeira vez que o Dr. Ricardo Salgado me telefonou foi em março de 2014, tinha eu mais de 56 anos de idade e, desde essa altura, desde março até ter ido para o banco, tinha tido algumas conversas, alguns telefonemas, em que um, como já referi aqui, foi da minha iniciativa, a manifestar o meu profundo incómodo por ver o meu nome associado àquilo que considerei, na altura, ser um folclore das pessoas que iriam ou não suceder ao Dr. Ricardo Salgado, porque o assunto nunca tinha sido discutido comigo, entre o Dr. Ricardo Salgado e eu, e, portanto, sabíamos os dois que isso era mentira.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Só os dois! E os mercados!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Oiça: eu não sei o que é o mercado.

Eu até agora não falei com a imprensa sobre esta matéria porque tive o privilégio de ser convocado pelos senhores para vir cá; se não tivesse tido esse privilégio, eu tinha pedido para vir cá. E porquê? Porque, como digo,

sempre vivi neste País e como vivo cá há 57 anos há muita gente que me conhece, que diz muito bem, muito mal, assim-assim, o que quer que seja.

Mas há uma coisa que eu tenho tido sempre: uma postura muito discreta relativamente à imprensa e a tudo o que se passa. Portanto, nunca me preocupei muito com aquilo que dizem que o mercado pensa, porque das poucas coisas que sei nenhuma é como vem relatada; quanto às outras não sei como será!

Portanto, eu não tinha nenhuma relação com o Dr. Ricardo Salgado. Não digo isto — repito — por o Dr. Ricardo Salgado, hoje, não ter o mesmo prestígio que tinha antes; digo-o porque era verdade. Não desempenhei nenhuma função no GES.

Relativamente ao facto de eu ter ido para a administração do Banco Espírito Santo, não pedi a ninguém para ir, não sugeri a ninguém que me convidasse; pelo contrário, quando o Dr. Vítor Bento falou comigo, no dia 9 à noite, eu fiquei muito evasivo. Nesse dia, cheguei a casa, tínhamos um jantar com uns amigos, estive a conversar com a minha mulher até cerca da uma e meia da manhã, conversa essa que não foi conclusiva... Para além disso, o Vítor disse-me nesse dia à noite: «Não decidas nada que o Sr. Governador amanhã vai telefonar-te».

O Sr. Governador telefonou-me e quando o Sr. Deputado faz uma comparação, quanto a mim muito errada, entre os nomes de pessoas que era suposto integrarem o conselho de administração do Banco Espírito Santo e que o Banco de Portugal não sancionou e que sancionou o meu nome, quero dizer-lhe o seguinte: quando o Sr. Governador falou comigo, sabia – porque o Sr. Governador tinha estado na reunião no Banco de Portugal quando o Dr. Ricardo Salgado lá foi com o Dr. José Manuel Espírito Santo e quando eu os acompanhei –, não era segredo para o Sr. Governador nem era segredo para os Srs. Vice-Governadores nem para mais pessoas do Banco de Portugal que

estavam na reunião, que eu tinha estado nessa reunião. E quem estava na reunião sabe o que é que lá foi dito e sabe da preocupação que eu tive, na reunião, precisamente para que não ficasse qualquer dúvida, de explicar a que título eu estava lá.

Por outro lado, quero acreditar que o facto de eu trabalhar há 35 anos neste País sirva para que muita gente tenha uma opinião, preferencialmente fundamentada, sobre o meu comportamento em sociedade e no trabalho.

Portanto, quando o Sr. Governador falou comigo, tive o cuidado de lhe perguntar como é que o Banco de Portugal e o Sr. Governador se sentia com o meu nome. E a resposta que tive foi: «Sentimo-nos muito bem, terá todo o apoio, meu e do Banco de Portugal.»

Depois dessa conversa, em que, mesmo assim, eu ainda estava um bocadinho evasivo, cheguei a um ponto em que fiquei... Ninguém me apontou uma pistola à cabeça, mas fiquei sem margem. Porquê? Porque o assunto, a certa altura, foi-me colocado como sendo de uma enorme importância para o País, tratando-se do banco de que se tratava e da necessidade de o banco ter uma equipa que contribuísse para devolver ao banco a credibilidade e a reputação que o banco tinha tido.

E quando o Sr. Governador, com imensa simpatia, colocou o problema desta forma eu disse-lhe: «Muito bem, Sr. Governador, vou telefonar ao Dr. Vítor Bento e vou-lhe comunicar que aceito».

Depois disso, telefonei ao Dr. Vítor Bento, a quem trato por tu — tenho uma excelente relação, um grande apreço e amizade por ele, pela postura, pela ética —, e disse-lhe: «Vítor, eu estou a bordo, mas vamo-nos arrepender.»

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José Honório, esta foi uma audição com algumas perturbações e aconteceu porque, mais uma vez, a política

fervilhou. Inclusive, vimos os Srs. Jornalistas a serem desassossegados, às vezes com alguma veemência e com conferências de imprensa sucessivas, mas isso é próprio do trabalho parlamentar.

Tudo ficou gravado, e isso é que é importante.

O Sr. Dr. José Honório até teve oportunidade de repetir várias vezes, se calhar mais do que as que seriam razoáveis, as suas respostas e aquilo que queria trazer aqui para nos dizer.

Agradeço o seu contributo, que fica registado.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, um resto de uma boa noite.

Está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 1 minuto.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.